



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

JEFERSON JOSÉ DOS SANTOS

**TERIA JOHN SEARLE REFUTADO A TEORIA CAUSAL DA REFERÊNCIA DOS  
NOMES PRÓPRIOS?**

Recife  
2017

JEFERSON JOSÉ DOS SANTOS

**TERIA JOHN SEARLE REFUTADO A TEORIA CAUSAL DA REFERÊNCIA DOS  
NOMES PRÓPRIOS?**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

**Área de concentração:** Filosofia.

**Orientador:** Prof. Dr. Rodrigo Jungmann de Castro

**Coorientador:** Prof. Dr. Fernando Raul de Assis Neto

Recife  
2017

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Valdicéa Alves Silva, CRB4-1260

S235t Santos, Jeferson José dos.

Teria John Searle refutado a teoria causal da referência dos nomes próprios?  
/ Jeferson José dos Santos. – 2017.  
66 f.: 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Jungmann de Castro.

Coorientador: Prof. Dr. Fernando Raul de Assis Neto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-graduação em Filosofia, Recife, 2017.

Inclui referências.

1. Filosofia. 2. Referência bibliográfica. 3. Nomes pessoais. 4. Fontes bibliográficas.  
5. Teoria causal. I. Castro, Rodrigo Jungmann de (Orientador). II. Assis Neto, Fernando Raul de  
(Coorientador). III. Título.

100 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2019-224)

JEFERSON JOSÉ DOS SANTOS

**TERIA JOHN SEARLE REFUTADO A TEORIA CAUSAL DA REFERÊNCIA DOS  
NOMES PRÓPRIOS?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Aprovado em: 06/10/2017

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Rodrigo Jungmann de Castro (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

---

Prof. Dr. Fernando Raul de Assis Neto (Coorientador)  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

---

Prof. Dr. Danilo Vaz-Curado R. de Menezes Costa (Examinador Externo)  
Universidade Católica de Pernambuco (Unicap)

Recife  
2017

*Para meus pais*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus queridos pais José Francisco e Gildete, assim como também a minha irmã Jéssica pelo apoio e incentivo incondicional ao longo da minha carreira acadêmica até aqui. De igual modo agradeço meus sogros Marco e Josefa pelo acolhimento fraterno ao longo de todos esses anos. Obrigado também a minha esposa Thayane, por todo carinho, paciência e compreensão durante todo o mestrado.

Agradeço ao prof. Dr. Rodrigo Jungmann por aceitar me orientar ao longo desta pesquisa e por sempre se mostrar disponível nos momentos em que precisei. Ao professor Danilo Vaz-Curado por aceitar o convite repentino em participar da banca de defesa desta dissertação e por suas valiosas correções e observações no texto. Agradeço de um modo especial o Prof. Dr. Fernando Raul Neto pela dedicação e paciência durante as diversas orientações que mantivemos desde o início de minha carreira na filosofia. Sou extremamente grato por todos seus conselhos, críticas e encorajamentos. Agradeço-o também por ter aceitado ser co-orientador desta pesquisa. Sem sua supervisão, este trabalho seria sem dúvidas muito pior. Espero não ter lhe decepcionado.

Também agradeço aos amigos que tive a sorte de conhecer e conviver ao longo da graduação e mestrado na UFPE, em especial a Rômulo Nascimento Filgueira e Adriel Akário Lopes Câmara.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa sem a qual esta pesquisa não seria possível.

*“Proper names may be a practical convenience in our mundane transactions, but they are a theoretician’s nightmare. They are like bicycles. Everyone easily learns to ride, but no one can correctly explain how he does it.” (KAPLAN, 1978, p. 224)*

## RESUMO

O objetivo da presente dissertação é discutir e avaliar as objeções apresentadas por John Searle no capítulo nove do seu livro *Intencionalidade* (1983) contra a teoria causal da referência dos nomes próprios. Nosso intuito é tentar descobrir o grau de plausibilidade desses argumentos a fim de que possamos decidir se eles são eficazes ou não em sua tentativa de refutar a teoria causal. Grosso modo, os argumentos de Searle podem ser divididos em três grupos: i) observações que demonstram que a teoria causal possui elementos descritivistas implícitos; ii) objeções que criticam o aspecto necessário da teoria causal, ou seja, estas objeções pretendem mostrar que algumas características da teoria causal não são necessárias para que o mecanismo de referência dos nomes próprios possa ser explicado satisfatoriamente e iii) objeções que criticam a insuficiência de uma teoria de tipo causal, ou seja, estas objeções tentam mostrar que alguns aspectos da teoria causal são insuficientes para que o mecanismo de referência dos nomes próprios possa ser explicado satisfatoriamente. Com este objetivo em mente, dividiremos essa dissertação em três partes essenciais. A primeira parte (capítulo dois) será essencialmente expositiva, nela faremos uma apresentação do problema da referência dos nomes próprios assim como também das principais teorias que disputam a sua solução, a saber, o descritivismo e a teoria causal. Na segunda parte (capítulo três), apresentaremos e discutiremos o que acreditamos serem as principais objeções de John Searle contra a teoria causal. A terceira e última parte (capítulo quatro) compreende o cotejamento crítico das objeções searleanas frente as principais versões de teoria causal. Tentaremos defender a teoria causal das objeções de Searle. Para isso, será necessário nos apoiarmos numa teoria de tipo causal mais sofisticada tal como a defendida por Michael Devitt (1974, 1981, 1987). Reconstruiremos, em alguns momentos, passagens onde o próprio Devitt responde diretamente algumas objeções searleanas. Como resultado de nossa investigação tentaremos defender uma posição negativa em relação a pergunta que dá título à nossa dissertação, isto é, acreditamos que as objeções de John Searle não refutam a teoria causal da referência se considerarmos sua versão mais sofisticada.

Palavras-chave: Referência. Nomes próprios. Descritivismo. Teoria causal.

## **ABSTRACT**

The purpose of this dissertation is to discuss and evaluate the objections presented by John Searle in chapter nine of his book *Intentionality* (1983) against the causal theory of proper names. Our intention is to try to discover the degree of plausibility of these arguments in order to decide whether they are effective or not in their attempt to refute causal theory. Roughly, Searle's arguments can be divided into three groups: i) observations that demonstrate that causal theory has implicit descriptive elements ii) objections that criticize the necessary aspects of causal theory, i.e., it is intended with these objections to show that some features of causal theory are not necessary for the reference mechanism can be explained satisfactorily; iii) objections that criticize the inadequacy of a causal theory, that is, these objections try to show that some aspects of causal theory are insufficient for the reference mechanism to be satisfactorily explained. With this intention in mind, we will divide this dissertation into three essential parts. The first part (chapter two) will be essentially expositive, where in it we will present a problem of the reference of proper names and the main theories that dispute its solution, namely, Descriptivism and Causal Theory. In the second part (chapter three), we will present and discuss what we believe to be Searle's main objections to causal theory. The third and final part (chapter four) comprehends the critical comparison of Searlean objections, we will attempt to defend the causal theory of Searle's reference to objections, for which we need to rely on a modified Causal theory as advocated by Michael Devitt (1974 , 1981, 1987) we will reconstruct, in some moments, passages where Devitt himself responds directly to some Searlean objections. As a result of our investigation we will try to defend a negative position on the question that gives to our dissertation, that is, we believe that John Searle's objections do not refute the causal theory of reference if we consider its more sophisticated version.

**Keywords:** Reference. Proper names. Descriptivism. Causal Theory.

## LISTA DE ABREVIATURAS

DD            Descrições Definidas [*Definite Descriptions*]

*N&N*        *Naming and Necessity*. Cambridge, MA: Harvard University  
Press, 1980.

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
2	<b>BACKGROUND</b> .....	13
2.1	O PROBLEMA DA REFERÊNCIA DOS NOMES PRÓPRIOS.....	13
2.2	TEORIAS DE REFERÊNCIA: DESCRITIVISMO.....	14
2.2.1	<b>Descritivismo: O <i>Sinn</i> de Frege</b> .....	15
2.2.2	<b>Descritivismo: Russell e as descrições definidas disfarçadas</b> .....	18
2.2.3	<b>Descritivismo: A teoria dos agregados de John Searle</b> .....	20
2.3	A REVOLUÇÃO ANTIDESCRIPTIVISTA.....	22
2.4	AS OBJEÇÕES DE KRIPKE AO DESCRITIVISMO.....	25
2.5	A TEORIA CAUSAL DE KRIPKE.....	30
3.	<b>AS OBJEÇÕES DE JOHN SEARLE À TEORIA CAUSAL</b> .....	34
3.1	AS “OBSERVAÇÕES” DE SEARLE À TEORIA CAUSAL.....	37
3.1.1	<b>Seria a teoria causal uma versão variante do descritivismo?</b> .....	37
3.1.2	<b>O argumento da “impureza” da cadeia causal</b> .....	40
3.2	AS OBJEÇÕES QUE ATACAM A <i>INSUFICIÊNCIA</i> DA TEORIA CAUSAL.....	42
3.2.1	<b>O contraexemplo das entidades abstratas</b> .....	43
3.2.2	<b>O contraexemplo Madagascar</b> .....	45
3.3	AS OBJEÇÕES QUE ATACAM A <i>NECESSIDADE</i> DA TEORIA CAUSAL.....	46
3.3.1	<b>O argumento da rua M</b> .....	47
3.3.2	<b>O experimento mental da tribo primitiva</b> .....	48
4.	<b>RESPOSTAS AS OBJEÇÕES DE JOHN SEARLE</b> .....	51
4.1	RESPOSTA À 1ª OBSERVAÇÃO DE SEARLE.....	51
4.2	RESPOSTA À 2ª OBSERVAÇÃO DE SEARLE.....	54
4.3	RESPOSTA AS OBJEÇÕES DAS ENTIDADES ABSTRATAS E OBJETOS FUTUROS.....	54
4.4	RESPOSTA AO CONTRAEXEMPLO MADAGASCAR.....	57
4.5	RESPOSTA AO ARGUMENTO DA RUA M.....	60
4.6	RESPOSTA AO EXPERIMENTO MENTAL DA TRIBO PRIMITIVA.....	61
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
	REFERÊNCIAS.....	64

## 1 INTRODUÇÃO

Um dos principais e mais antigo problema da filosofia da linguagem consiste em tentar descobrir como a linguagem se relaciona com o mundo. Uma parte mais específica deste mesmo problema tenta descobrir, como uma determinada categoria de palavras, a saber, os nomes próprios – nomes de pessoas, cidades, etc – se relacionam com seus referentes. Isto consiste no que os filósofos contemporâneos da linguagem denominam de *problema da referência dos nomes próprios* – doravante, apenas “problema da referência” – Grosso modo, o problema da referência pode ser formulado na forma da seguinte pergunta: *por meio de que processo* um nome próprio, seja ele expresso oralmente ou escrito numa folha de papel consegue referir uma pessoa a qual está muito distante, ou que nunca tivemos sequer contato, ou até mesmo que já faleceu há muitos anos? Isto é, como, através de um simples proferimento de um nome, por exemplo, “Sócrates”, conseguimos nos referir ao filósofo grego Sócrates? Este é o principal problema filosófico que permeará toda nossa discussão ao longo desta dissertação.

As teorias filosóficas que buscam responder de modo plausível ao problema da referência são denominadas de *teorias de referência*. Existem de maneira mais influente no cenário filosófico atual apenas duas famílias, ou versões de teorias de referência, a saber, o *descriptivismo* [*descriptivism*] e a *teoria causal* [*causal theory of reference*], também denominada por vezes de *teoria histórico-causal*. Estas teorias são rivais e disputam entre si desde o início da década de 70 sobre qual delas fornece a explicação mais plausível para o problema em questão.

O nosso objetivo com este trabalho não é, como se poderia imaginar, apresentar uma solução própria para o problema da referência, de modo que nossa explicação possa se enquadrar em uma das duas famílias das teorias supramencionadas. Em outras palavras, nosso objetivo aqui não é apresentar as condições necessárias e suficientes para que o problema da referência possa ser solucionado. Ao invés disso, iremos analisar as objeções que o filósofo norte americano John Searle apresentou contra a teoria causal dos nomes, a qual, segundo ele, não fornece as condições necessárias nem suficientes para que o problema da referência possa ser explicado satisfatoriamente. O objeto de estudo de nossa dissertação será, portanto, a disputa filosófica existente entre Searle e os defensores da teoria causal, e o nosso objetivo central aos nos debruçarmos sobre esta disputa é sermos capazes de avaliar criticamente as objeções de Searle, a fim de que possamos descobrir se elas são realmente plausíveis em seu propósito de refutação da teoria causal. Com este objetivo em mente dividiremos nossa dissertação em três partes essenciais.

O primeira parte (capítulo dois e suas subseções) de nossa dissertação será essencialmente histórico e expositivo. Nosso objetivo com este capítulo é apresentar para o leitor os elementos contextuais necessários para que se possa compreender de modo adequado a disputa filosófica que será o objeto de estudo central desta dissertação. Para isso, iniciaremos a primeira parte (seção 2.1) apresentando de uma forma detalhada o problema da referência. A

seção seguinte (2.2), assim como a suas subseções (2.2.1, 2.2.2 e 2.2.3) são todas dedicadas ao descritivismo. Inicialmente, tentaremos caracterizar o descritivismo de um modo amplo, enfatizando o que cada umas das versões de descritivismo possuem em comum entre si (2.2). Em seguida, faremos uma apresentação detalhada de três versões de teorias descritivistas as quais julgamos serem as versões mais representativas e influentes dessa família de teoria. As versões apresentadas são as de Gottlob Frege (2.2.1.), Bertrand Russell (2.2.2) e John Searle (2.2.3). Veremos como estes filósofos, cada um ao seu modo, imputam às descrições definidas um papel fundamental no processo de explicação do problema da referência. Na seção que se segue (2.3) discorreremos a respeito de uma “revolução antidescritivista” que surgiu no início da década de 70 como resposta direta às teorias descritivistas que, até aquele momento, predominavam no cenário filosófico acerca dos nomes próprios. Tal “revolução” carregava consigo dois objetivos: um negativo e outro propositivo. O primeiro, consistia na apresentação de uma série de argumentos segundo os quais refutariam de maneira clara e intuitiva as principais versões de teorias descritivistas. O segundo, consistia na elaboração e apresentação de uma nova teoria de referência que viesse a substituir a anteriormente refutada concepção descritivistas. Estes dois objetivos serão, respectivamente, os temas centrais das duas últimas seções da nossa primeira parte da dissertação (2.4 e 2.5).

Uma vez tendo sido contextualizada a disputa filosófica em torno dos nomes próprios, estaremos em condições de introduzirmos e compreendermos de modo adequado as objeções de Searle à teoria causal. Este será o nosso único objetivo com a segunda parte da dissertação (capítulo três). Esse capítulo possui apenas três seções (3.1), (3.2) e (3.3) todavia, cada uma das seções é acompanhada por duas subseções. A separação do capítulo deste modo segue a estrutura básica da divisão dos argumentos de Searle. De acordo com nossa interpretação, os argumentos searleanos podem ser divididos em três grupos: *i*) as observações que pretendem demonstrar que a teoria causal carrega elementos descritivistas implícitos em seu interior (3.1.1 e 3.1.2.); *ii*) os contraexemplos que pretendem revelar que a teoria causal não apresenta as condições suficientes para explicar de maneira satisfatória o problema da referência (3.2.1 e 3.2.2) e *iii*) os contraexemplos que pretendem revelar que a teoria causal não apresenta as condições necessárias para explicar de maneira satisfatória o problema da referência (3.3.1 e 3.3.2).

A terceira e última parte de nossa dissertação (capítulo quarto) compreende o cotejamento crítico das objeções de John Searle. Nosso objetivo precípuo neste capítulo será o de sermos capazes de avaliar, de maneira imparcial, as respostas de Kripke e Devitt às objeções de Searle. Como consequência disso, esperamos ser capazes de decidir se de fato as objeções de Searle obtêm sucesso em seu propósito. Este é nosso único objetivo.

## 2 BACKGROUND

Este primeiro capítulo é essencialmente histórico e expositivo. Nosso objetivo é proporcionar ao leitor, de maneira detalhada, o contexto filosófico acerca do debate em torno dos nomes próprios. Isto lhe proporcionará, conseqüentemente, as condições necessárias para compreender e localizar historicamente o debate filosófico entre John Searle e os teóricos causais, tema central do segundo e terceiro capítulos desta dissertação.

### 2.1 O PROBLEMA DA REFERÊNCIA DOS NOMES PRÓPRIOS

A primeira vista a utilização de nomes próprios<sup>1</sup> numa linguagem não apresenta nenhum tipo de dificuldade no seu tratamento por um usuário comum da língua. Embora exista algumas variações possíveis na utilização dos nomes próprios, em geral, os nomes são utilizados para desempenhar a função de referir a uma determinada pessoa, local ou cidade e em seguida dizer algo sobre ela. Por mais simples que isto possa parecer, o uso dos nomes levanta questões filosóficas intrigantes, como, por exemplo: como podemos explicar nosso sucesso em referir utilizando nomes próprios? ou, qual a contribuição dos nomes para a compreensão do significado de uma frase que os contêm? Entre tantas outras. Embora tais questões estejam intimamente relacionadas, nesta dissertação nos ocuparemos de maneira geral apenas da primeira.

Uma das funções mais básicas e mais importante de uma linguagem para a intercomunicação humana é de dizer coisas acerca do mundo. No entanto, alguns elementos da linguagem possuem uma relação mais nítida e direta com as coisas do mundo, os nomes são um exemplo disso. À eles é conferida uma vinculação privilegiada com o objeto que é nomeado, de modo que os nomes, nas palavras de Adriano Naves de Brito, “estão nas sentenças por objetos” (BRITO, 2003, p 24), isto é, os nomes representam linguisticamente os objetos que eles referem. Isto é o que os filósofos denominam, em outras palavras, de “função referencial dos nomes”, ou seja, a função mais básica e uma de suas possibilidades de emprego é a de referir ou denotar certos objetos.

É verdade que não são apenas os nomes os únicos elementos de uma linguagem capazes de desempenhar tal função, é bem sabido que descrições definidas (doravante, DD) tal como, “o primeiro homem a pisar na lua”, expressões indexicais – “eu”, “tu”, “hoje”, etc – e as expressões dêiticas – “isto”, “esse”, “aquilo” e etc – também desempenham tal função, no entanto, cada uma dessas classes de termos desempenham a função referencial de maneiras diferentes<sup>2</sup>. Nesta dissertação nos concentraremos apenas nas questões relativas a função referencial dos nomes próprios – o que indiretamente envolve alguma relação com descrições definidas, como veremos mais tarde –, deixando assim de lado questões relativas aos dêiticos e indexicais.

<sup>1</sup>Doravante, por simplicidade, utilizarei apenas “nome” para falar de nomes próprios em geral, tais como Platão, Recife, Taj Mahal e etc.

<sup>2</sup>Para um maior aprofundamento dessa questão Cf. (BRITO, 2003 p.24)

Poderíamos estabelecer o problema filosófico em torno dos nomes próprios, que será o problema principal desta dissertação, sob a forma da seguinte pergunta: *em virtude do quê* nós conseguimos nos referir a objetos, pessoas, locais, entre outras coisas, pelo simples fato de proferirmos seus nomes? A mesma pergunta pode ser posta de um modo um pouco mais formal: *em virtude do quê* um falante *S* ao utilizar um nome *n* consegue se referir ao objeto *x*? Em suma, o problema da referência dos nomes próprios é a tentativa de se compreender o mecanismo sob o qual um nome desempenha sua função referencial.

As teorias filosóficas que se ocupam em dar uma resposta plausível a este tipo de pergunta são denominadas de teorias de referência. Uma teoria de referência tem como objetivo, portanto, explicar quais são as condições necessárias e suficientes para que o mecanismo de referência dos nomes próprios possa ser explicado de maneira satisfatória. No que se segue iremos expor, de maneira geral, algumas das principais teorias de referência.

## 2.2 TEORIAS DE REFERÊNCIA: DESCRITIVISMO

Existem de maneira mais influente no cenário filosófico apenas duas teorias de referência, ou melhor, duas famílias ou versões de teorias de referência, a saber, o descritivismo e a teoria causal. Nesta seção, nosso objetivo é apresentar de maneira geral a primeira.

O descritivismo é frequentemente dividido em dois tipos ou em duas fases pela literatura filosófica<sup>3</sup>. Num primeiro momento se tem o chamado “descritivismo clássico”, frequentemente representado pelos filósofos Gottlob Frege e Bertrand Russell, cujas respectivas obras *Über Sinn und Bedeutung* (1892) e *On Denoting* (1905) são amplamente consideradas as principais fontes bibliográficas da primeira fase do descritivismo. Algumas décadas mais tarde, surge o “descritivismo moderno”. Influenciados por algumas ideias contidas no *Tractatus Logico-Philosophicus* de Ludwig Wittgenstein, Peter Strawson e John Searle desenvolvem algumas modificações nas teorias de Frege e Russell o que as deixam com um maior poder explicativo, as principais fontes bibliográficas desse período do descritivismo são *On Referring* (1940) de Strawson e *Proper Names* (1958) de Searle.

Embora as versões de descritivismo defendidos por Frege, Russell, Strawson e Searle não sejam idênticas, um espírito comum se mantém entre elas. O que cada umas dessas versões de descritivismo mantém em comum entre si, é, grosso modo, o fato de responderem ao problema da referência recorrendo às DD – como veremos nas subseções mais adiante – Em virtude da existência de diversas versões de teorias descritivistas disponíveis, não será possível discutilas em sua totalidade, as versões mais representativas, acreditamos, são as de Frege, Russell e Searle e a maior parte de nossa discussão se restringirá a elas. No entanto, antes de discutirmos propriamente as teses centrais do descritivismo, faz-se necessário mencionarmos um pouco do seu percurso e evolução histórica.

<sup>3</sup>Um exemplo clássico desse tipo de divisão pode ser encontrado em (DEVITT & STERELNY, 1999)

### 2.2.1 Descritivismo: O *Sinn* de Frege

O lógico e matemático alemão Gottlob Frege é amplamente conhecido por seus desenvolvimentos na lógica moderna no final do século XIX apresentados em sua magna obra *Begriffsschrift*. Frege contribuiu também de maneira decisiva à filosofia da linguagem. No seu artigo de 1892 intitulado “*Über Sinn und Bedeutung*” – “Sobre o Sentido e a Referência” – Frege expõe, segundo (COSTA, 2002, p. 11), o que pode ser sua principal contribuição nesta área: o desenvolvimento de uma teoria esclarecedora da natureza do significado.

Um dos objetivos fundamentais de Frege no artigo supramencionado é tentar responder a uma dificuldade encontrada por ele em sentenças de identidades do tipo “ $a = b$ ” quando essa expressa a veracidade da identidade de um objeto consigo mesmo, isto é, quando as expressões nominais “ $a$ ” e “ $b$ ” são dois nomes diferentes de um mesmo objeto; exemplos de sentenças desse tipo são: “ $7 + 5 = 12$ ”, “a estrela vespertina é a estrela matutina”, “Clark Kent é o super-homem” ou “o Chomolungma é o Everest” entre tantas outras. O que todas essas frases têm em comum é, como já dissemos, o fato de que as expressões que ladeiam o sinal de identidade – a partícula “é” – se referem sempre a um mesmo objeto, nos nossos exemplos, a um mesmo número, a um mesmo corpo celeste, a um mesmo personagem fictício e a uma mesma montanha.

O problema encontrado por Frege envolvendo esse tipo de sentenças é o de tentar descobrir qual é o tipo de identidade que esse tipo de sentença afirma. Frege parte do pressuposto que a identidade é uma relação, mas o ponto é descobrir que tipo de relação seria essa. Ele então considera duas possibilidades: *i*) seria uma relação de identidade entre objetos ou *ii*) seria uma relação de identidade entre nomes de objetos. A situação paradoxal é que ambas alternativas parecem apresentar problemas. Se considerarmos que a identidade é uma relação entre os objetos “ $a$ ” e “ $b$ ” então as sentenças do tipo “ $a = b$ ” deveriam ser idênticas as sentenças do tipo “ $a = a$ ” visto que “ $a$ ” e “ $b$ ” são nomes do mesmo objeto, no final das contas tanto as sentenças do primeiro tipo quanto as do segundo estariam afirmando a mesma coisa, isto é, a relação de um objeto consigo mesmo. Mas isso não pode ser o caso, pois uma sentença como “Clark Kent é Clark Kent” possui um conteúdo cognitivo distinto da sentença “Clark Kent é o Superman”, a primeira sentença é destituída de qualquer conteúdo cognitivo, é uma afirmação trivial, não informativa, é uma tautologia. Por outro lado, a segunda sentença carrega um conteúdo cognitivo, é informativa, não é uma afirmação redundante como a primeira, uma pessoa poderia, por exemplo, desconhecer a informação veiculada por ela.

A segunda alternativa também não está livre de problemas, se considerarmos que a identidade é uma relação entre os nomes do objeto então sentenças do tipo “ $a = b$ ” diriam apenas que temos para o mesmo objeto uma mera diferença de nomenclatura, a relação de identidade seria, nesse caso, puramente arbitrária. No entanto, o ponto mais problemático dessa alternativa é que a base da qual o paradoxo é constituído se perderia, pois, uma vez que os nomes “ $a$ ” e “ $b$ ” são diferentes, a sentença que exprime a identidade entre esses nomes, isto é, “ $a = b$ ” seria uma proposição falsa o que contraria a hipótese do qual o paradoxo se constitui.

Frege percebe, todavia, que, para que o paradoxo possa ser superado deve-se recorrer a um terceiro elemento que não é nem o nome nem o objeto, mas é o que Frege denomina de “sentido” [*Sinn*] e que é por ele caracterizado como sendo “o modo de apresentação do objeto” [*die Art des Gegebenseins*] (FREGE, 1982, p. 131) Numa passagem já bastante conhecida Frege introduz tal elemento, diz ele:

“É, pois, plausível pensar que exista, unido a um sinal – nome, combinação de palavras, letras –, além daquilo por ele designado, que pode ser chamado de sua referência [*Bedeutung*], ainda o que eu gostaria de chamar de o sentido [*sinn*] do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto”. (FREGE, 1892 p. 131)<sup>4</sup>.

Como pode-se facilmente notar, existem três elementos fundamentais unidos na proposta fregeana: O nome, o sentido e a referência. A conexão entre esses três elementos acontece da seguinte maneira: O nome exprime um sentido, o sentido, por sua vez, determina a referência do nome. O sentido é, portanto, o mediador do nome e a referência. Isto, todavia, ainda não diz muito sobre o que exatamente Frege compreende por “sentido” de um nome. Em uma nota de rodapé mais à frente no texto Frege esclarece um pouco mais tal conceito, Diz ele:

“No caso de um nome próprio genuíno como “Aristóteles”, as opiniões quanto ao sentido podem certamente divergir. Poder-se-ia, por exemplo, tomar como seu sentido o seguinte: o discípulo de Platão e o mestre de Alexandre Magno. Quem fizer isto associará outro sentido à sentença “Aristóteles nasceu em Estagira” do que alguém que tomar como sentido daquele nome: o mestre de Alexandre Magno que nasceu em Estagira. Enquanto a referência permanecer a mesma, tais variações de sentido podem ser toleradas, ainda que elas devam ser evitadas na estrutura teórica de uma ciência demonstrativa, e não devem ter lugar numa linguagem perfeita”. (FREGE, 1982, p. 132. Nota 14).

O que esta nota parece nos revelar é que há várias formas possíveis de apresentar Aristóteles. Num primeiro momento ele é apresentado como sendo “o discípulo de Platão e mestre de Alexandre Magno”, num segundo momento ele é apresentado sob as características de ter sido “o mestre de Alexandre que nasceu em Estagira”. Qualquer falante pode tomar um desses sentidos e associa-los ao nome “Aristoteles”. O mais importante, contudo, a ser notado acerca desta passagem, é o que Frege fornece como exemplos de sentidos para o nome Aristóteles. As expressões “o discípulo de Platão e mestre de Alexandre Magno” e “o mestre de Alexandre Magno que nasceu em Estagira” são ambas DD. O que Frege denomina de “sentido” de um nome pode ser compreendido, portanto, como sendo uma DD que é satisfeita exclusivamente pelo referente do nome. Podemos resumir a posição fregeana acerca dos nomes próprios então, da seguinte maneira: Um falante ao utilizar um nome “*n*” associa DD a esse

<sup>4</sup>Seguimos a tradução de Paulo Alcoforado

nome, a DD, por sua vez, tem a o papel de determinar a referência daquele nome. O seguinte esquema gráfico ilustra a tese fregeana:

Nome próprio [*Eigenname*]: Ex. “Aristóteles”

↓ (Exprime)

Sentido [*Sinn*] (Ex. “O aluno de Platão e Tutor de Alexandre Magno”)

↓ (Determina)

Referência [*Bedeutung*]: Ex. Aristóteles

Uma vez tendo sido apresentada a tese fregeana acerca de como os nomes próprios desempenham sua função referencial, estamos em posição de podermos compreender adequadamente como esta tese supera o paradoxo discutido por nós no início desta seção. O paradoxo consistia em tentar solucionar a seguinte questão: Como podemos explicar a diferença de conteúdo cognitivo de frases do tipo “a = a” e “a = b” quando esta última é verdadeira e “a” e “b” são nomes diferentes do mesmo objeto? No que se segue, iremos analisar a resposta fregeana tomando como base um exemplo dado pelo próprio autor.

Consideremos que “a” é o nome “A estrela da manhã” e “b” é o nome “A estrela da tarde<sup>5</sup>”. Consideremos também, que o sentido do nome “a” seja dado pela DD “o corpo celeste iluminado pelo sol visível quando amanhece” enquanto que o sentido do nome “b” seja dado pela DD “o corpo celeste iluminado pelo sol visível quando o sol se põe”. Dado esses fatos, a resposta fregeana consiste em afirmar que a diferença de valores cognitivos entre as sentenças reside no fato de “a” e “b” referirem o mesmo objeto, mas eles referem de modos distintos. Como afirma (GRAÇA, 2003. p. 15) “a” e “b” contêm dois modos diferentes de identificar o mesmo objeto, referem o mesmo objeto, mas por meio da especificação de diferentes propriedades que lhe são atribuíveis com verdade. “a” e “b” têm a mesma referência mas sentidos [*Sinne*] diferentes.

Desse modo, torna-se explícito o motivo da sentença “a estrela da manhã é a estrela da tarde” possuir conteúdo informativo enquanto que a sentença “a estrela da manhã é a estrela da manhã” não possui conteúdo informativo algum. A primeira sentença é informativa em virtude de apresentar o mesmo objeto, a saber, o planeta Vênus, de modos diferentes, i.e, Vênus é apresentado sob dois sentidos distintos. Um falante poderia, por exemplo, conhecer um dos sentidos e desconhecer o outro, e é por esse motivo que a sentença carrega conteúdo informativo. Por outro lado, a segunda sentença não é informativa em virtude do objeto ser apresentado

<sup>5</sup>É importante lembrar que Frege denominava por nome próprio [*Eigenname*] toda e qualquer expressão que possuísse a função de referir a um objeto determinado. cf. (FREGE, 1982. p.131. Nota 11)

sob a mesma característica, i.e., Vênus é apresentado sendo atribuído as mesmas propriedades. Não há nada que um falante possa aprender nesta sentença, ela é tautológica, trivial. A noção de sentido em Frege é, portanto, essencial, para que o paradoxo possa ser superado. Em suma, sentenças do tipo “ $a = b$ ” são informativas porque os sentidos dos nomes “ $a$ ” e “ $b$ ” são diferentes. O mesmo não ocorre em sentenças do tipo “ $a = a$ ”.

### 2.2.2 Descritivismo: Russell e as Descrições Definidas Disfarçadas

A versão de descritivismo de Bertrand Russell apresenta um grau maior de dificuldade de compreensão quando comparada com a versão de Frege. Para compreender adequadamente a sua teoria é necessário que se compreenda anteriormente duas distinções entre dois pares de conceitos, que são amplamente utilizados por Russell ao longo de seu texto, são eles: *conhecimento por contato ou familiaridade* [*knowledge by acquaintance*] e *conhecimento por descrição* [*knowledge by description*] e *nomes logicamente próprios* [*logically proper names*] e *nomes próprios ordinários* [*ordinary proper names*] também chamados de *nome próprio em sentido comum*.

A distinção entre o primeiro par de conceitos diz respeito, como o próprio Russell afirma, à “diferença entre as coisas das quais nós temos apresentações e as coisas que nós alcançamos por meio de expressões denotativas”cf. (RUSSELL, 1905. p. 479 nossa tradução<sup>6</sup>). Segundo Russell ter conhecimento por familiaridade de um objeto é estar em uma relação cognitiva direta com esse objeto, é ter consciência direta do objeto em si. cf. (RUSSELL, 1910-11, p. 108). Este é o tipo de conhecimento que temos, segundo Russell, por exemplo, apenas dos universais e dos *dados dos sentidos* [*sense data*]. Sendo assim, conhecemos por familiaridades coisas tais como: uma dor de dente; a brancura; um som; uma rugosidade; uma memória, e outras poucas coisas.

Em contraste, conhecer algo por descrição equivale a apenas saber que uma determinada afirmação sobre algo é verdadeira. Esse é o tipo de conhecimento que temos, segundo Russell, da maior parte das coisas, incluindo, por exemplo, pessoas, locais e objetos. De acordo com esta concepção epistemológica de Russell, segue-se que o conhecimento que temos de Aristóteles, por exemplo, é um conhecimento exclusivamente do segundo tipo, isto é, descritivo, uma vez que tudo que sabemos acerca da figura de Aristóteles foi nos alcançado através de diversas descrições tais como: “o mais famoso discípulo de Platão”, “o autor da metafísica”, “o tutor de Alexandre o Grande” entre tantas outras.

A distinção existente entre o segundo par de conceitos russellianos está ligado diretamente com a distinção apresentadas por nós no parágrafo anterior. De acordo com Russell, um nome logicamente próprio é um nome usado para referir um particular. Por outro lado, um nome próprio em sentido comum é um nome utilizado para se referir a um pseudoparticular. O nome próprio “Aristóteles” é, como o leitor atento deve ter percebido, um nome próprio em

<sup>6</sup>No original lê-se: *the distinction between the things we have presentations of, and the things we only reach by means of denoting phrases.*

sentido comum, uma vez que ele é utilizado para referir-se ao pseudoparticular Aristóteles. A distinção entre nomes logicamente próprios e nomes próprios em sentido comum é ainda mais radical. Em algumas passagens de *Knowledge by Acquaintance e Knowledge by Descriptions* (1910) Russell chega a afirmar que nomes próprios em sentido comum não são realmente nomes próprios. Para ele, um nome próprio genuíno deve ser o nome de um particular. E a única categoria de termos que parece satisfazer esse requisito de Russell são os pronomes demonstrativos, tais como: “isto”, “aquilo”, “eu” – em alguns momentos ele sugere que o pronome “eu” possa também satisfazer tal requisito cf. (RUSSELL, 1910-11. p.121).

Tendo em vista que nomes logicamente próprios são aplicados exclusivamente a particulares e que nosso conhecimento acerca dos particulares não é derivado de descrições, segue-se que tais nomes são desprovidos de todo e qualquer conteúdo descritivo. Podemos concluir que, com relação a tais tipos de nomes, Russell parece defender uma teoria de referência direta, isto é, uma teoria que sustenta que a relação entre o nome e o referente acontece de forma direta, sem intermediação de qualquer outro elemento semântico<sup>7</sup>. O descritivismo de Russell surge apenas quando ele trata dos nomes próprios em sentido comum. O ponto de Russell é que, quando utilizamos tais tipos de nomes, usamos um nome para referir algo que somente pode ser conhecido por descrição. E, uma vez que este tipo de conhecimento é dado através de descrições definidas, o nome que utilizamos estará necessariamente ligado ao conteúdo descritivo dessas descrições. Em suma, a tese que Russell está apresentando sustenta a ideia de que nomes próprios em sentido comum são na verdade descrições definidas disfarçadas ou abreviadas. Em uma pequena passagem Russell elucida esta tese, diz ele:

“Os nomes que comumente usamos, como “Sócrates”, são realmente abreviações para as descrições [...] não estamos familiarizados com Sócrates, e, portanto, não podemos nomeá-lo. Quando usamos a palavra “Sócrates” estamos na verdade usando uma descrição”. (RUSSELL, 1985. p. 71-72).

Russell fornece dois argumentos para justificar a tese de que nomes próprios ordinários são, na realidade, DD disfarçadas. Um argumento é fundamentado por sua epistemologia o outro é fundamentado pela lógica formal. Optaremos por apresentar apenas o argumento epistemológico, visto que, para apresentar o argumento lógico de maneira adequada e rigorosa seria necessário nos aprofundarmos em alguns tópicos sobre lógica formal aos quais fugiriam por completo do tema central desta dissertação.

O argumento epistemológico de Russell tem como objetivo central esclarecer a relação entre nomes próprios em sentido comum e conhecimento por descrição. Segundo nosso autor, o conhecimento via descrição é conhecimento subjetivo, é algo que cada indivíduo carrega em sua própria mente. O conhecimento de um indivíduo *x* acerca de Aristóteles, é constituído, pelas crenças que *x* possui acerca de Aristóteles, das coisas que *x* aprendeu acerca de Aristóteles, das

<sup>7</sup>Defensores de teorias de referência direta são também chamados de *millianista* – em referência a John Stuart Mill que foi o primeiro a defender este tipo de concepção – ou simplesmente *referencialistas*.

coisas que  $x$  leu a respeito de Aristóteles e etc. Quando  $x$  afirma algo acerca de Aristóteles, há na mente de  $x$  um juízo que corresponde a sua afirmação. Uma vez que o único conhecimento que  $x$  pode possuir acerca de Aristóteles é um conhecimento por descrição, segue-se que uma parte deste juízo consiste numa descrição de Aristóteles. Segundo Russell, portanto, sempre que utilizamos um nome próprio ordinário, carregamos em mente um conteúdo descritivo que associamos a este nome. Tal conteúdo descritivo é equivalente a uma DD que é satisfeitas exclusivamente pelo objeto a qual queremos referir. Este ponto é ilustrado por Russell ao falar acerca do chanceler alemão Otto Von Bismarck. Diz ele:

“Quando nós, que não conhecemos Bismarck, fazemos um juízo sobre ele, a descrição nas nossas mentes será provavelmente uma massa mais ou menos vaga de conhecimento histórico – muito mais, na maior parte dos casos, do que é necessário para identificar. Mas para efeitos de ilustração, presumamos que pensamos nele como “o primeiro chanceler do Império Alemão”. (RUSSELL, 1912. p. 115).

Em suma, essa passagem reafirma que tudo que sabemos acerca de um pseudoparticular entrou em nossas mentes por meio de DD. Sempre que utilizamos um nome próprio em sentido comum para um determinado pseudoparticular, esse conteúdo descritivo é associado por nós ao nome. É desse modo que, segundo Russell, todo nome próprio em sentido comum se revela, na realidade uma DD disfarçada. Esta é a conclusão que o argumento epistemológico visa alcançar. É nesse sentido que Russell afirma:

“As palavras comuns, incluindo os nomes próprios, são habitualmente na realidade descrições. Isto é, o pensamento na mente de uma pessoa que um nome próprio corretamente em geral só pode ser expresso explicitamente se substituirmos o nome próprio por uma descrição. Além disso, a descrição exigida para exprimir o pensamento irá variar para pessoas diferentes, ou para a mesma pessoa em momentos diferentes”. (RUSSELL, 1912. p. 114).

Esta é, acreditamos, uma das passagens dos textos de Russell onde é possível notar a sua versão de descritivismo de forma mais flagrante. Por uma rota completamente diferente, Russell chegou a conclusões muito próximas as alcançadas por Frege. Ambos concordam que no processo de referência dos nomes próprios as DD exercem um papel explicativo fundamental e indispensável. Passemos agora ao descritivismo de John Searle.

### **2.2.3 Descritivismo: A Teoria dos Agregados de John Searle**

Muitos são os textos nos quais John Searle trata a respeito dos nomes próprios, no entanto, acreditamos que a amostra mais representativa de seus escritos sobre este tema se encontra no primeiro artigo que Searle publicou, quando ainda era apenas um estudante de graduação, a saber, o clássico *Proper Names* de 1958. O objetivo central de Searle neste artigo

é responder a seguinte pergunta: nomes próprios possuem sentido ou não? E se possuírem, mostrar em que sentido um nome próprio tem um sentido cf. (SEARLE, 1958, p. 91).

Searle, inicia seu artigo partindo do pressuposto de que os nomes próprios são utilizados para referir algo sem descrevê-lo. Isto leva-o ao seguinte questionamento: se nomes próprios designam os seus referentes sem descrevê-los, então como eles estão conectados? A resposta de Searle para tal questionamento pode ser encontrada, segundo ele, se investigarmos o que acontece quando ensinamos alguém a usar um nome próprio. De acordo com Searle, o que acontece nesse processo é o seguinte:

“Identificamos o objeto e, pressupondo que nosso aprendiz entende as convenções gerais que governam os nomes próprios, explicamos que esta palavra é o nome daquele objeto. Neste caso, ao menos que nosso aprendiz já saiba outro nome próprio do objeto, podemos apenas identificar o objeto (a preliminar necessária para ensinar o nome) através da ostensão ou descrição; e, em ambos os casos, identificamos o objeto em virtude de algumas de suas características”. (SEARLE, 1958, p. 92).

A ideia é a de que desde o momento em que o nome é apreendido pela primeira vez, ele fica, portanto, associado a essas características do objeto, e, na medida em que vai sendo utilizado ao longo do tempo outras novas características vão sendo associadas. É em virtude dessa associação entre o nome e as características individuadoras do objeto que permite com que possamos referir ao objeto utilizando seu nome.

A partir do que foi dito até agora acerca do descritivismo searleano, poderia passar pela cabeça do leitor que Searle cometeu uma flagrante contradição. Como dissemos anteriormente, Searle concorda que nomes próprios não descrevem os objetos que eles referem, contudo, ele defende de igual modo que nomes estão associados a características unívocas desses objetos que, por sua vez, são expressas através de DD. Como seria possível conciliar estas duas características dos nomes? A resposta dada por Searle é afirmar que, embora um nome esteja associado às características de sua referência, ele não especifica tais características. Essa seria, segundo nosso autor, a principal diferença entre nomes próprios e DD. O primeiro refere sem descrever o objeto, o segundo, apenas refere em virtude da satisfação das propriedades contidas na descrição pelo objeto. É nesse sentido que Searle afirma: “Scott” se refere ao mesmo objeto que “o autor de *Waverley*”, mas “Scott” não especifica nenhuma de suas características, enquanto “o autor de *Waverley*” refere somente em virtude do fato de que especifica uma característica cf. (SEARLE, 1958, p. 93).

Esta explicação, no entanto, não elimina todos os problemas. Searle considera uma objeção que pode ser feita à sua teoria. A objeção é a seguinte: se “Aristóteles” não especifica as características do seu referente, como é possível saber que “Aristóteles” refere o mesmo objeto que “o discípulo de Platão e mestre de Alexandre Magno”? A resposta de Searle é que embora o nome não especifique qualquer característica, os usuários do nome possuem certas crenças ou informações, acerca do objeto que o nome refere. Isto é, os falantes pressupõem que

algumas descrições envolvendo o nome são verdadeiras acerca de Aristóteles. Quando alguém usa o nome “Aristóteles”, essa pessoa em geral irá pressupor a verdade de alguns enunciados, como por exemplo, “Aristóteles é o autor da Metafísica”, “Aristóteles foi o tutor de Alexandre Magno”, “Aristóteles foi pupilo de Platão” e etc. Isto, no entanto, não é algo fixo; o usuário do nome pode decidir qual conteúdo descritivo será associado ao nome. A única exigência é que as escolhas das descrições por parte do usuário devem, ao menos, asseverar fatos comumente aceitos acerca de Aristóteles. Apesar disso, o usuário tem liberdade para escolher as descrições que achar mais representativas acerca do referente, sem se preocupar com qualquer critério rígido de associação. O ponto de Searle aqui é evidenciar que não existe nenhuma conexão necessária entre o nome e as descrições associadas pelo falante, de tal modo que as descrições possam ser consideradas sinônimos do nome. É nesse sentido que Searle afirma:

“a singularidade e imensa conveniência pragmática dos nomes próprios em nossas línguas se devem precisamente ao fato de nos permitirem fazer referência a objetos sem que sejamos forçados a concordar sobre quais características exatamente constituem a identidade do objeto. Eles não funcionam como descrições, mas como cabides para pendurar descrições”. (SEARLE, 1958. p. 94.).

Resta-nos compreender como esta versão de descritivismo apresentado por Searle responde à questão central do seu artigo, nomes próprios possuem sentido ou não? Em uma famosa passagem Searle responde diretamente tal pergunta. Afirma ele:

“Podemos agora resolver nosso paradoxo: um nome próprio tem um sentido? Se perguntamos se os nomes próprios são usados para descrever ou especificar características dos objetos, a resposta é “não”. Mas se perguntamos se os nomes próprios estão ou não conectados logicamente com características dos objetos a que se referem, a resposta é “sim”, de modo frouxo”. (SEARLE, 1958. p.94).

Em suma, o descritivismo searleano consiste em afirmar que, em certo sentido, nomes próprios possuem sentido. Esse sentido está ligado com as características unívocas do objeto referido, mas como afirmamos anteriormente, tais características não são algo bem determinado como é, por exemplo, a noção de sentido em Frege. Ao contrário, as características do objeto são na realidade, um agregado [*cluster*] de descrições acerca do objeto referido. É em virtude de tal característica que a versão de descritivismo searleano é conhecida sob o rótulo de “teoria dos agregados” ou “teoria dos feixes de descrições” [*cluster theory of reference*].

### 2.3 A REVOLUÇÃO ANTIDESCRIPTIVISTA

O descritivismo reinou de maneira praticamente absoluta por várias e várias décadas no cenário filosófico. Por mais que Frege, Russell, Searle e outros descritivistas não concordassem entre si sobre alguns pontos específicos acerca dos nomes próprios, as suas versões de teorias podem ser vistas como atualizações ou melhoramentos em relação a versão anterior. Desse

modo, a teoria de Russell é vista como tendo um poder explicativo maior que a de Frege, e a de Searle, por sua vez, é vista como tendo conseguido conciliar os méritos das teorias de Frege e Russell e apresentá-los sob sua própria perspectiva.

Foi apenas no início da década de 70 que um novo tipo de teoria de referência começou, aos poucos, a surgir e a colocar desafios à concepção descritivista. De maneira inteiramente independente os filósofos Saul Kripke, Hilary Putnam, David Kaplan, Keith Donnellan e outros, chegaram, cada um ao seu modo, à conclusão de que o descritivismo não poderia estar correto acerca do modo como os nomes desempenham a sua função referencial. Kripke chega, por exemplo, a afirmar que “não há apenas algum erro técnico aqui ou algum engano ali na teoria descritivista, mas que a concepção de conjunto que esta teoria nos dá sobre como se determina a referência parece está errada desde as suas bases” cf. (KRIPKE, 1980, p. 93).

Com o objetivo de sustentar a tese de que o descritivismo representava uma concepção equivocada, este grupo de filósofos desenvolveram e apresentaram diversos argumentos e contraexemplos às teorias descritivistas. A lista de tais argumentos é, no entanto, longa demais para que possamos apresentá-los e discuti-los em sua totalidade nesta modesta dissertação. Apresentaremos apenas os argumentos que consideramos ser os mais representativos contra a concepção descritivista. Os argumentos que aqui iremos apresentar podem ser encontrados em *Naming and Necessity*<sup>8</sup> (*N&N*), obra que resultou a partir da transcrição de três palestras que Kripke proferiu nos dias 20, 22 e 29 de janeiro de 1970 na Universidade de Princeton quando Kripke tinha apenas 29 anos de idade e que mudou de forma radical todo o panorama da filosofia da linguagem, metafísica, epistemologia e filosofia da mente de sua época. *N&N* é amplamente considerado um marco fundamental na história da filosofia da linguagem contemporânea. Para muitos ele é considerado o momento inicial, o carro chefe de um movimento antidescritivista que surgiu e ganhou força ao longo da década de 70 por consequência direta das palestras de Kripke.

Antes de apresentarmos os argumentos kripkeanos, convém discorrermos a respeito de como Kripke compreendia a concepção descritivista dos nomes próprios, pois, só assim será possível obter uma compreensão completa de seus argumentos. Kripke observa que as teorias descritivistas podem ser compreendidas de duas maneiras, a saber, como uma teoria do significado ou como uma teoria da referência. De acordo com o principal interprete da filosofia de Kripke, Scott Soames, toda teoria descritivista que funciona como teoria do significado funciona ao mesmo tempo como uma teoria da referência, mas o contrário nem sempre é verdadeiro cf. (SOAMES, 2005, p. 14).

Quando Kripke afirma que o descritivismo pode ser compreendido como uma teoria do significado, ele quer com isso dizer que o conteúdo descritivo que os descritivistas enxergam no nome próprio pode ser entendido como sendo o significado daquele nome. Se o nome *n* retira

<sup>8</sup>Publicado originalmente em DAVIDSON, D; HARMAN, G. (eds.) *Semantics of Natural Languages*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, pp. 253-355, adenda pp. 763-769, 1972. Utilizarei como referência, no entanto, a edição do *N&N* publicada em 1980.

seu conteúdo descritivo a partir de uma descrição definida  $D$ , então  $n$  tem o mesmo significado de  $D$ , isto é,  $n$  e  $D$  podem ser considerados sinônimos de tal modo que a substituição de um por outro em uma sentença não alteraria o valor de verdade da mesma. Por outro lado, e de maneira mais clara, quando Kripke afirma que o descritivismo pode ser compreendido como uma teoria da referência, ele quer com isso dizer que o conteúdo descritivo do nome – o significado – é responsável por determinar a referência do nome. Desse modo, se “Aristóteles” significa o mesmo que “o autor da Metafísica”, então a referência de “Aristóteles” é o indivíduo que tem a propriedade de ter sido o autor do livro chamado Metafísica. De todo modo, segundo Kripke “o descritivismo é falso, seja enquanto teoria do significado seja enquanto teoria da referência” cf. (KRIPKE, 1980, p. 28-29).

Antes de apresentar os argumentos contra o descritivismo Kripke elabora uma lista de teses que ele reputa como sendo as teses mais representativas do descritivismo de modo geral – não de uma ou outra versão específica de descritivismo – e em seguida critica essas teses uma a uma. A lista é a seguinte<sup>9</sup>: – tome-se  $A$  como um falante que usa o nome “ $x$ ”):

1. A cada nome ou expressão designadora “ $x$ ” corresponde um agregado [*cluster*] de propriedades  $\varphi$ , tais que  $A$  cre<sup>^</sup> que  $\varphi$ ;
  2. A cre<sup>^</sup> que uma das propriedades  $\varphi$ , ou um conjunto delas, identifica um indivíduo univocamente;
  3. Se a maioria dos  $\varphi$ 's – ou as mais relevantes – são satisfeitos por um único objeto  $y$ , então  $y$  é a referência de “ $x$ ”;
  4. Se não existe um tal  $y$ , então “ $x$ ” não tem referente;
  5. O enunciado “se  $x$  existe, então  $x$  tem a maioria dos  $\varphi$ 's é conhecido *a priori* por  $A$ ;
  6. O enunciado acima é uma verdade necessária;
- (C) A explicação sobre como é determinada a referência de “ $x$ ” não deve ser circular.

Dentre todas as teses acima listadas apenas a primeira é, segundo Kripke, verdadeira. Diz ele, “esta tese é correta por definição. As teses que se seguem, contudo, são todas, penso eu, falsas” cf. (KRIPKE, 1980, p. 64). É relativamente fácil notarmos que a primeira tese é, de fato, verdadeira. Ela diz apenas que quem utiliza um nome “ $x$ ” tem certas crenças do tipo “ $x$  tem a propriedade  $\varphi$ , por exemplo. A tese não declara nada tanto acerca do significado quanto da referência do nome. Todas as outras teses são, no entanto, falsas. Vejamos como Kripke procede para refutar cada uma das teses listadas acima.

<sup>9</sup>A lista aparece nas páginas 64 - 65 e torna a aparecer na página 71. É importante notar que (C) não é uma tese do descritivismo, mas uma condição de satisfação das outras teses cf. (Kripke, 1980, p. 71)

## 2.4 AS OBJEÇÕES DE KRIPKE AO DESCRITIVISMO

Como vimos na seção anterior, a tese (1) não apresenta qualquer problema para os descritivistas, pois ela é compreendida como uma definição. Vamos nos concentrar, doravante, na tese (2). Esta tese afirma que um falante que utiliza um nome “ $x$ ” acredita que um subconjunto não vazio das propriedades  $\varphi$  identifica de modo unívoco um indivíduo. De acordo com Kripke, esta tese parece que deve ser verdadeira de uma maneira mais ou menos a priori. Pois, como diz ele: “se um falante não julgar que as propriedades que tem em mente selecionam um e apenas um indivíduo – se julgarem, por exemplo, que elas são satisfeitas por dois indivíduos – então, como é que podem dizer acerca de qual deles é que estão falando? Parece que não há qualquer base para falar acerca de um e não do outro” (KRIPKE, 1980, p. 80). Contudo, por mais intuitiva que esta tese descritivista possa parecer, ela se revela na realidade falsa. Kripke rebate esta tese afirmando que é plenamente possível que alguém acredite que um objeto tenha certas propriedades sem acreditar que um subconjunto dessas propriedades identifica de modo unívoco um objeto. Isto é, um falante pode, por exemplo, ter apenas uma crença acerca de algo ou alguém e esta crença pode ser insuficiente para identificar de maneira unívoca o referente pretendido, isto, no entanto, não impede que o falante desempenhe com sucesso o ato de referência. Em suma, o argumento de Kripke mostrar que ao contrário do que os descritivistas defendiam, associar descrições definidas a um nome não é condição necessária para que o nome possa referir. Vamos considerar um dos exemplos dados pelo próprio Kripke para ilustrar esta tese.

Suponha que um falante tenha acerca de Cícero uma única crença, a de que ele foi um notável orador romano. Apenas esta crença não basta para identificar Cícero de maneira unívoca, uma vez que Roma possuiu vários oradores notáveis ao longo de sua história. Isto, contudo, não impede que este falante possa usar o nome “Cícero” para se referir a Cícero.

Suponha, por outro lado, que a propriedade que um falante associa a um nome seja, dessa vez, suficiente para identificar de modo unívoco um objeto. Consideremos, por exemplo, que um falante identifica Cícero como sendo “o acusador de Catilina”. De acordo com Kripke, mesmo neste caso há ainda um risco para a tese (2). Ele afirma que nessa identificação há o risco de se infringir a cláusula (C), a cláusula da não circularidade. O falante, neste caso, identifica Cícero como sendo o acusador de Catilina. Mas resta verificar como este mesmo falante identifica Catilina. É possível que a única propriedade unívoca conhecida por ele acerca de Catilina seja a de que é “o homem acusado por Cícero”. Existe aqui, portanto, uma circularidade na explicação, esta circularidade, por sua vez, impede tanto a identificação de Cícero como a de Catilina.

A tese (3) afirma que se uma parte significativa das descrições  $\varphi$  identifica de maneira unívoca um objeto  $x$ , então  $x$  é o referente do nome associado a essas descrições. Kripke fornece um exemplo onde isto não é o caso, isto é, o exemplo mostra que objeto satisfaz de maneira unívoca um agregado de descrições  $\varphi$  – as mais importantes ou a maioria delas, por exemplo

– e ainda assim o objeto não é o referente correto do nome. O exemplo tornou-se bastante conhecido na literatura. Diz ele:

“Imagine-se a seguinte situação claramente fictícia, suponhamos que Gödel não seja, de fato, o autor do teorema da incompletude da aritmética. Um homem chamado Schmidt, cujo corpo foi encontrado em Viena em circunstâncias misteriosas há muitos anos, foi quem efetivamente realizou o trabalho em questão. O seu amigo Gödel arranhou uma maneira de se apoderar do manuscrito e, a partir daí, o trabalho foi atribuído a Gödel”. (KRIPKE, 1980, p. 83 - 84).

De acordo com a situação fictícia descrita acima por Kripke, o objeto que satisfaz a maioria ou as mais importantes das propriedades  $\varphi$  não é o referente de “Gödel”, o verdadeiro referente do nome, neste caso é o homem chamado Schmidt, pois é Schmidt que verdadeiramente satisfaz a descrição “o homem que provou a incompletude da aritmética”. Ora, mas se a tese (3) é correta então parece que o descritivismo é levado a sustentar uma conclusão bastante controversa acerca deste exemplo, a saber, a de que sempre que utilizamos o nome “Gödel” estamos na verdade nos referindo a Schmidt e não a Gödel.

Outro exemplo análogo fornecido por Kripke é o do caso de Peano. Muitas pessoas associam ao matemático Peano apenas a propriedade de ter sido o homem que axiomatizou a aritmética, pois essa é a única característica que conhecem acerca dele. Essas pessoas pensam que a descrição definida “o homem que axiomatizou a aritmética” refere o mesmo indivíduo que o nome “Peano”. Acontece que, na realidade, quem axiomatizou a aritmética foi Dedekind não Peano. Disso se segue que a DD “o homem que axiomatizou a aritmética” refere Dedekind, enquanto que o nome “Peano” refere Peano. Desse modo, fica patente que possuir a maioria ou as mais importantes descrições associadas a um nome não é condição suficiente para que o objeto possa ser considerado referente do nome. Em suma, DD não determinam a referência do nome.

Kripke considera um contra-argumento que os descritivistas poderiam propor na tentativa de salvar a tese (3). O contra-argumento consiste em sustentar a ideia de que a referência de “Peano” não é dada pela descrição “o homem que axiomatizou a aritmética”, mas ao invés disso é dada pela descrição “o homem do qual a maioria das pessoas acreditam que axiomatizou a aritmética”. De acordo com Kripke, o problema deste argumento é que o descritivistas pode estar enganado a respeito sobre o que a maioria das pessoas pensam. O descritivistas poderia acreditar que as pessoas estão pensando em Peano quando falam a respeito do homem que axiomatizou a aritmética, mas pode ser que elas estejam de fato pensando em Dedekind. A descrição, neste caso, continuaria a identificar Dedekind embora o descritivistas desejasse que ela se referisse a Peano. Desse modo, o problema que o descritivistas buscava evitar aparece novamente: a descrição associada ao nome  $n$ , não identifica o verdadeiro referente de  $n$ .

A tese (4) por sua vez, afirma que se nenhum objeto puder ser selecionado de modo unívoco como sendo aquele que satisfaz a descrição definida – ou a maioria das descrições –

associada ao nome  $x$ , então  $x$  não tem referente. Muito do que Kripke tem a dizer a respeito desta tese já havia sido mencionado, de modo indireto, nos seus comentários acerca da tese (2). Todos os exemplos que apresentaremos a seguir podem ser usados para criticar de igual modo a tese (2).

A fim de demonstrar a falsidade da tese (4) Kripke apresenta alguns exemplos que contradizem a afirmação por ela veiculada. Inicialmente ele fornece o exemplo do profeta bíblico Jonas cf. (KRIPKE, 1980, p. 87). Ele afirma que diversos estudiosos da bíblia acreditam que o profeta realmente tenha existido, no entanto, muitos deles não acreditam que Jonas tenha, algum dia, sido engolido por uma enorme baleia e depois tenha ido pregar em Nínive. Este simples exemplo mostra que o nome “Jonas” de fato refere o profeta, muito embora Jonas não satisfaça as descrições associadas comumente ao seu nome, por exemplo, a descrição de que Jonas é “o profeta que foi engolido por uma enorme baleia”. Em outro momento de *N&N* Kripke afirma algo parecido, contudo, dessa vez ele fala acerca de Moises. Diz ele: “A estória bíblica pode ter sido uma lenda, ou pode ter sido um relato substancialmente falso de uma pessoa real” (KRIPKE, 1980, p. 66). A conclusão extraída por Kripke a partir destes dois casos é que os nomes “Jonas” e “Moises” referem de fato a pessoas específicas, contudo, as pessoas referidas por esses nomes não satisfazem as DD comumente associadas a seus nomes.

Para aqueles que ainda não tenham se convencidos dos seus contraexemplos Kripke apresenta outros dois novos exemplos, eles são ligeiramente diferentes dos exemplos anteriores, todavia, levam à mesma conclusão. A argumentação que a seguir passaremos a apresentar tornou-se bastante conhecida da literatura filosófica, os principais interpretes da filosofia kripkeana referem-se a esta argumentação sob o título de “argumento semântico” cf. (SOAMES, 2002, p. 19) ou “argumento da ignorância e do erro” cf. (DEVITT & STERELNY, 1999, p. 54). O primeiro exemplo diz respeito a Richard Feynman, diz Kripke:

“Consideremos Richard Feynman: muitos de nós somos capazes de nos referirmos a ele. É um importante físico teórico contemporâneo. Todos os que estão aqui são capazes de enunciar os conteúdos de uma das teorias de Feynman de modo a diferenciá-lo de Gell-Mann. Contudo, o homem comum, que não possui estas capacidades, pode ainda assim usar o nome Feynman. Se lhe perguntarmos, dirá: bem, é um físico, ou qualquer coisa do gênero. Pode não julgar que isto identifica uma e só uma pessoa. Mas continuo a pensar que ele usa o nome “Feynman” como nome de Feynman”. (KRIPKE, 1980, p. 81)<sup>10</sup>

O ponto central revelado por Kripke na passagem acima é que em geral, as pessoas não familiarizadas com a física nada sabem acerca de Richard Feynman além de que ele foi “um físico famoso”. No entanto tais pessoas conseguem fazer referência à Feynman usando seu

<sup>10</sup>É importante lembrar que *N&N* é a transcrição de uma palestra pública proferida por Kripke em 1970 na Universidade de Princeton. Os professores Gilbert Harman e Thomas Nagel, optaram, ao transcreverem a gravação da palestra, por manter em diversas passagens, a linguagem informal usada por Kripke assim como também as frequentes menções que ele faz aos que estavam presente em sua palestra.

nome mesmo que a única propriedade associada por eles seja uma propriedade que nada tem de individuadora – ser um físico famoso.

O segundo exemplo diz respeito a Einstein. Kripke afirma que Einstein tornou-se conhecido, para a maior parte das pessoas, em virtude do seu envolvimento no projeto Manhattan – cujo objetivo final era produzir a bomba atômica. Era comum que as pessoas daquela época associassem à Einstein apenas a propriedade de ser “o inventor da bomba atômica”, pois essa era a única crença que eles possuíam acerca do notório físico. Contudo, como é sabido, esta propriedade não pode ser atribuída a ninguém especificamente, visto que não foi uma pessoa que inventou a bomba atômica, mas sim um grupo de pesquisadores que a desenvolveram coletivamente. Ora, isto significa dizer que o nome “Einstein” não possui referente? segundo Kripke, a resposta é obviamente não: “do mesmo modo que podemos ter crenças falsas acerca de uma pessoa real – exemplos de Jonas e Moisés – também podemos ter crenças falsas que não são verdadeiras de absolutamente ninguém” cf. (KRIPKE, 1980, p.86).

Em suma, o que todos estes dois exemplos demonstram, segundo Kripke, é que é plenamente possível que um nome “x” refira algo ou alguém, muito embora este algo ou alguém não satisfaça de maneira unívoca as descrições comumente associadas a “x”. O leitor deve ficar atento para não confundir os contraexemplos que Kripke dá para esta tese, com os contraexemplos dados por ele para refutar a tese (3), eles são ligeiramente distintos. Os contraexemplos da tese (3) tinham como objetivo central demonstrar que é possível fazer referência utilizando um nome, muito embora o objeto referido não satisfizesse as descrições associadas ao nome – Gödel não satisfazia a descrição “o autor do teorema da incompletude”. Os contraexemplos que discutimos acima tem, por sua vez, o objetivo de demonstrar que é possível fazer referência utilizando um nome, mesmo que as descrições associadas ao nome não possuam qualquer referente – nos casos de Jonas e Moises – ou que as descrições utilizadas possuam mais de um referente – no caso de Feynman e Einstein. Passemos a próxima tese.

A tese (5) é compreendida por Kripke como sendo a afirmação de que as teses (3) e (4) são conhecidas a priori pelo falante cf. (KRIPKE, 1980, p. 87). Isto é, se um falante associa algumas descrições para se referir a um determinado objeto, então parece que ele deveria saber a priori, – se o descritivismo fosse realmente uma concepção correta – que o objeto referido satisfaz as DD que ele associou ao nome. Nas palavras de Kripke, “se determinei que Héspero é o corpo celeste que observei a tarde num determinado local, então, saberei, simplesmente por ter determinado assim o referente, que, se existe alguém Hespero, Héspero é a coisa que observei a tarde” (KRIPKE, 1980, p. 136) O ponto de Kripke é mostrar que se de fato as DD determinassem o referente de um nome, então esta sentença deveria ser análoga, por exemplo a sentenças do tipo: “todos os solteiros são pessoas que não se casaram”. É um fato que sabemos a priori que a sentença acima é verdadeira, uma vez que utilizamos o predicado “não ser casado” para definir, determinar o conceito de “solteiro”. Contudo, o mesmo não ocorre com a sentença acerca de Héspero. Não podemos saber a priori que Héspero é o corpo celeste observado numa determinada posição durante a tarde. Para descobrirmos isso é necessário uma observação

empírica. Em suma, o que Kripke está defendendo pode ser resumido da seguinte forma: se  $P$  é uma propriedade que define um nome  $n$ , então deveria ser inconcebível que um falante ao utilizar o nome  $n$  descobrisse que  $n$  não possui na realidade a propriedade  $P$ . Seria uma flagrante contradição, por exemplo, sustentarmos que uma pessoa solteira possa ser casada. Por outro lado, parece não haver qualquer contradição se descobrirmos, por exemplo, que na verdade não era Héspero mas um outro corpo celeste qualquer que observamos durante a tarde numa determinada posição.

Por fim, Kripke ataca a tese (6), ela afirma que a sentença “se  $x$  existe, então  $x$  tem a maioria dos  $\varphi$ 's” representa uma verdade necessária. Como já mencionamos anteriormente, Kripke compreendia o descritivismo tanto como uma teoria tanto do significado quanto como uma teoria da referência. Ao criticar a tese (6) ele está criticando exclusivamente o descritivismo enquanto teoria do significado. Afirmar que uma DD dá significado a um nome deve ser compreendido aqui como se a descrição apresentasse uma propriedade possuída necessariamente pelo portador do nome. Vamos esclarecer este ponto através de uma simples analogia. A sentença “todos os solteiros são pessoas não casadas” é uma sentença analítica e, portanto, necessária. Esta sentença é considerada analítica pois para decidir acerca do seu valor de verdade basta que se compreenda o significado dos termos envolvidos na sentença – solteiro e casado – cf. (BRANQUINHO, MURCHO & GOMES, 2006, p. 37). Em outras palavras, podemos dizer a respeito desta sentença que o significado de “solteiro” é dado pela propriedade “não ser casado”. É dito também que esta sentença expressa uma verdade necessária, uma vez que é inconcebível que exista solteiros que sejam, ao mesmo tempo, casados. Em suma, o que a sentença afirma é que pessoas solteiras possuem necessariamente a propriedade de não serem casadas.

Ora, se a interpretação de Kripke acerca do descritivismo enquanto teoria do significado é realmente plausível, então parece que os descritivistas sustentam que a sentença “Se Aristóteles existe, então Aristóteles foi o professor de Alexandre Magno” deve ser considerada análoga, em todos os sentidos, a sentença acerca dos solteiros que mencionamos acima. Isto é, a sentença acerca de Aristóteles deve expressar, de igual modo, uma verdade analítica e, portanto, necessária. Todavia, é fácil percebermos que a sentença acerca de Aristóteles não é análoga, em nenhum dos sentidos acima expressos, à sentença acerca dos solteiros. Se este fosse o caso teríamos que sustentar que Aristóteles possui necessariamente a propriedade de ter sido o professor de Alexandre.

Searle foi um dos primeiros a reconhecer que esta necessidade indesejada de fato representava um problema para as versões de descritivismo de Frege e Russell. E este foi o principal motivo que o levou a sustentar a tese dos agregados [*cluster*] de descrições. Em uma famosa passagem de *Proper Names* Searle diz:

“suponha que concordemos em abandonar “Aristóteles” e passemos a usar, digamos, “o professor de Alexandre”; assim, é uma verdade necessária que o homem

ao qual estamos nos referindo é o professor de Alexandre – mas é um fato contingente que Aristóteles tenha sido professor de alguém – embora eu esteja sugerindo que é um fato necessário que Aristóteles tenha a soma lógica, disjunção inclusiva, das propriedades comumente atribuídas a ele: qualquer indivíduo que não tivesse pelo menos algumas dessas propriedades não poderia ser Aristóteles”. (SEARLE, 1958, p. 94).

A ideia central de Searle no trecho acima é substituir a tese de que *uma* descrição definida em particular é responsável por dar o significado do nome. Ao invés disso, ele propõe que o significado do nome é dado por um agregado de descrições inespecíficas – a disjunção inclusiva das propriedades comumente atribuídas ao nome. A vantagem de se adotar esta concepção é que nenhuma das descrições que fazem parte do agregado do nome “Aristóteles” pode ser selecionada individualmente como sendo a responsável por dar o significado do nome, consequentemente, nenhuma delas pode ser considerada uma propriedade necessária de Aristóteles. No entanto, é necessário que Aristóteles possua algumas dessas propriedades. É desse modo que Searle evita o problema da necessidade indesejada.

Todavia, de acordo com Kripke, a solução proposta por Searle não evita realmente o problema da necessidade. O argumento que Kripke usa para demonstrar isto é bastante simples e pode ser resumido do seguinte modo: Dada qualquer umas das propriedades  $\varphi$  de Aristóteles, é um fato contingente que Aristóteles possui  $\varphi$ . Se é um fato contingente que Aristóteles possui  $\varphi$  será, então, também contingente o fato de Aristóteles possuir a soma lógica dessas propriedades cf. (KRIPKE, 1980, p. 61 - 63). Dito em outras palavras, se não é uma verdade necessária que Aristóteles possua uma propriedade específica, por exemplo, a de ter sido o professor de Alexandre, então porque motivo seria uma verdade necessária que Aristóteles possua a soma lógica das propriedades comumente atribuídas a ele? Do mesmo modo que Aristóteles poderia não ter sido o professor de Alexandre, ele poderia também não ter realizado nenhuma das proezas comumente atribuídas a ele.

Kripke apresenta as críticas examinadas acima e julga que com isso o descritivismo foi completamente refutado em qualquer uma de suas versões. Ora, mas se não é pela mediação de DD que os nomes próprios desempenham sua função referencial, como é que isto acontece? O caminho está totalmente livre para que uma nova teoria de referência ganhe espaço no cenário filosófico.

## 2.5 A TEORIA CAUSAL DE KRIPKE

Afirmamos anteriormente que a revolução antidescritivista possuía dois grandes objetivos, um negativo e o outro propositivo. O objetivo negativo consistia na apresentação de uma série de argumentos que se destinavam a refutar a principais versões de teorias descritivistas. O objetivo propositivo consistia na elaboração e apresentação de uma nova teoria de referência que viesse a substituir a antiga e refutada concepção descritivistas. Na seção anterior discorreremos acerca o objetivo negativo. Na presente seção apresentaremos o objetivo propositivo.

Uma vez tendo sido refutado o descritivismo, abre-se caminho para que uma nova teoria de referência tome lugar no cenário filosófico. Contudo, Kripke explicitamente afirma que não possui uma teoria para substituir o descritivismo. Kripke quer com isso dizer que ele não possui uma teoria pelo menos não no verdadeiro sentido do termo “teoria”. Segundo (GRAÇA, 2003, p. 136) o que Kripke tem a apresentar “não é uma teoria porque não é um conjunto de proposições que exprimem exata e exhaustivamente as condições necessárias e suficientes a serem satisfeitas para que a fixação da referência de um nome seja explicada”. Kripke prefere chamar as ideias que tem a apresentar de “*imagem*” [*picture*], uma imagem melhor do que aquela que as teorias conhecidas veiculam cf. (KRIPKE, 1980, p. 83) uma imagem que, se fosse suplementada com mais pormenores, poderia ser apurada de modo a fornecer condições mais exatas para que haja referência cf. (KRIPKE, 1980, p. 84). Em suma, as ideias que Kripke tem a apresentar acerca de como os nomes referem devem ser compreendidas pura e exclusivamente como um “esboço” de uma possível teoria. Doravante, nos concentraremos no esboço da teoria de Kripke.

A ideia central da imagem kripkeana reside na ideia de *cadeia causal de comunicação*, é por este motivo que a proposta kripkeana tornou-se conhecida na literatura filosófica sob a alcunha de teoria causal da referência.

Grosso modo, Kripke responderia ao problema da referência da seguinte forma: um falante *S* consegue se referir a um indivíduo *x* utilizando um nome *n*, em virtude de haver uma cadeia causal de comunicação que se inicia em *x* e alcança *S*. Como pode-se notar, o papel da comunidade de falantes que transmite o nome *n* de indivíduo para indivíduo até alcançar *S* é imprescindível na determinação da referência de *x*. A cadeia causal de comunicação é, portanto, de acordo com a explicação de Kripke, o elemento responsável por conectar o nome ao referente.

A ideia de cadeia causal de comunicação deriva diretamente de uma observação que Kripke faz acerca da forma de como nos utilizamos a linguagem de modo geral. Enquanto falante, todos nos pertencemos a uma comunidade, as palavras, de modo geral, incluindo os nomes próprios, não são criações nossas: elas possuem uma história mais ou menos longa e chegaram até nos por meio da nossa intercomunicação com outros falantes. Essa história anterior que cada nome possui contribui decisivamente para lhe conferir uma referência. É acerca deste aspecto que Kripke faz a seguinte declaração:

“Em geral, nossa referência não depende simplesmente do que nós pensamos, depende também de outras pessoas na comunidade, da história de como o nome alcançou alguém, e coisas desse tipo” (KRIPKE, 1980, p. 95)

Este é um aspecto que, segundo Kripke, é negligenciado pela teoria descritivista. Os descritivistas erraram ao pressupor que a explicação para a referência dos nomes próprios *que eu uso* deve-se ser encontrada *em mim mesmo*, nos meus estados intencionais, em minhas crenças, em meus processos internos e privados. Por outro lado, a teoria causal leva em consideração

o papel da comunidade de falantes na determinação do referente do nome. A ideia básica de Kripke é que um nome deve sua capacidade referencial a um empreendimento coletivo, a saber, a história de sua origem, seu aprendizado e ensino. Está é a principal diferença entre a teoria descritivista e a teoria causal. A primeira é dita ser uma concepção *internalista*, a segunda, *externalista*.

De acordo com o cenário kripkeano ilustrado na citação acima, um falante pode ser capaz de referir algo ou alguém, mesmo que não seja capaz de identifica-lo de maneira unívoca. Kripke exemplifica este ponto afirmando que é possível que a única coisa que alguém saiba acerca de Richard Feynman é que ele foi um físico. Contudo, ainda assim, quando esta pessoa utiliza o nome “Feynman” ao declarar, por exemplo, que “Feynman foi um físico famoso”, ele está se referindo a Richard Feynman. Este exemplo chama atenção para um fato que não deveria ser considerado problemático para nenhuma teoria de referência: muitas vezes um falante pode saber muito pouco ou estar completamente equivocado a respeito do objeto que refere, e, no entanto, refere esse objeto. Não deveria ser considerado nenhum mistério que um falante consiga referir algo ou alguém aos quais ele sequer nunca viu ou que sabe tão pouco a respeito. Ele o faz simplesmente em virtude do seu pertencimento a uma comunidade de falantes ao qual o nome foi transmitido, com a referência que tem, de indivíduo para indivíduo, de elo em elo, ao longo de uma imensa cadeia causal que se estende desde o batismo inicial no nome até alcançar o falante em questão.

Toda cadeia causal inicia-se através do que Kripke denomina de *batismo inicial* [*inicial baptism*], acerca deste batismo nosso autor diz o seguinte:

“O enunciado esquemático de uma teoria pode se dar nos termos que se seguem. Tem lugar um batismo inicial. Neste momento o objeto pode ser designado por ostensão, ou a referência do nome pode ser fixada por uma descrição. Quando o nome é “transmitido de elo para elo” o receptor do nome deve pretender, penso eu, quando ele ouve o nome, usá-lo com a mesma referência que o homem de quem o ouviu usou”. (KRIPKE, 1980, p. 96).

O que Kripke tem a dizer acerca do batismo inicial é assumidamente bastante insuficiente enquanto teoria da referência, ele considera apenas dois casos possíveis: os casos em que a referência do nome é fixada por ostensão e os casos onde a referência do nome é fixada por meio de uma DD. O primeiro caso, representa, segundo Kripke, a imensa maioria dos nomes próprios de nossa linguagem. De acordo com este caso, um objeto é nomeado através de um ato ostensivo: na presença de um objeto, e possivelmente apontando para ele, um certo nome lhe é atribuído, este nome, com o passar do tempo se espalha, através dos mais variados gêneros de conversas, chegando um momento a ser usado por aqueles que sequer estavam presente no momento do batismo do nome. Este é, de acordo com Kripke, o modo como nós somos capazes de nos referirmos, por exemplo, a diversas personalidades históricas como é o caso de Platão ou Aristóteles.

O segundo caso de introdução de nome considerado por Kripke é aqueles em que se determina a referência de um nome por meio de uma DD. Isto significa que, ao menos para alguns casos específicos, Kripke reconhece que a teoria descritivistas parece estar correta. Todavia, ao contrário do que imaginavam os descritivistas, este tipo de introdução do nome é raro de acontecer, eles representam uma parcela muito pequenas em meio a generalidade dos nomes próprios. Os exemplos dados por Kripke para ilustrar tal tipo de nomeação são os dos casos dos nomes “Netuno” e “Jack, o estripador” – considerando que esta expressão seja, de fato, um nome –. No caso do nome “Netuno”, inicialmente foram dadas as condições de identificação do planeta, a saber, “Netuno é o planeta que causa tais e tais perturbações na órbita de Urano” foi somente a partir destas condições de identificação que o planeta pode então ser efetivamente observado. No caso de “Jack, o estripador” um nome foi associado a certas condições de um criminoso de identidade desconhecida. Embora o criminoso não tenha sido nunca identificado, as condições de identificação estavam de antemão já dadas.

É verdade que apenas estes relatos de introdução de nomes fornecidos por Kripke não cobrem a imensa variedade de tipos diferentes de nomes que possuímos na linguagem. Os nomes de entidades fictícias, por exemplo, parecem ficar de fora da explicação kripkeana, uma vez que tais nomes não se enquadram em nenhum dos dois modos descritos por ele acima. Como veremos no capítulo seguinte, John Searle aproveita-se da incompletude da teoria de Kripke e apresenta diversos contraexemplos que parecem também não se enquadrar na explicação kripkeana. Resta-nos decidirmos se, de fato, eles fazem isto.

Esta é a imagem da teoria causal tal como Kripke o expõe em *N&N* e o nosso único propósito nesta seção era apresentá-la. Onze anos após Kripke ter apresentado o esboço de uma teoria causal, o filósofo australiano Michael Devitt tomou para si a responsabilidade de revisar e complementar o esboço kripkeano, a fim de que a teoria causal pudesse ser considerada uma teoria, no verdadeiro sentido do termo. Uma das principais preocupações de Devitt foi desenvolver uma solução para o problema da mudança de referência – que mencionaremos no capítulo seguinte – apontado por Gareth Evans. O resultado deste intento de Devitt foi publicado em 1981 sob o título de *Designations*. Os desenvolvimentos de Devitt serão profundamente analisados por nós, no quarto capítulo desta dissertação.

### 3 AS OBJEÇÕES DE JOHN SEARLE À TEORIA CAUSAL

Como foi visto no capítulo anterior a revolução antidescritivista liderado por Kripke, Putnam, Donnellan e outros, acabou tornando-se um movimento bastante influente e bem-sucedido. Uma grande parcela da comunidade filosófica reconheceu a força dos argumentos apresentados por eles, e, desde então, teorias de tipo descritivista tornaram-se bastante impopulares na filosofia. O reconhecimento da força desses argumentos por parte da comunidade filosófica fica evidente quando analisamos, por exemplo, a extensa bibliografia que se formou ao redor deles. É raro encontrar um manual ou livro introdutório de filosofia da linguagem que não mencione os argumentos de Kripke, Putnam ou Donnellan; assim como também é raro encontrar um que não mencione que, após esses argumentos terem sido apresentados, o descritivismo não tenha se encontrado num estado de falência, colapso ou no mínimo, em grandes dificuldades<sup>11</sup>.

Como consequência direta disso, as teorias de tipo causal ganharam com o passar dos anos o status de teoria da referência mais aceita e influente entre os filósofos<sup>12</sup>. No entanto, alguns poucos filósofos não ficaram convencidos com os argumentos apresentados pelos antidescritivistas, muito menos com o tipo de teoria que eles apresentaram como alternativa ao descritivismo – a teoria causal. Um famoso exemplo de filósofo que rejeitou tanto os argumentos antidescritivistas quando a teoria causal é do norte americano John Rogers Searle. Como é sabido, Searle é desde sua juventude até os dias de hoje um importante e um dos mais conhecidos defensores da concepção descritivista dos nomes próprios. Ele publicou em 1958 pelo periódico *Mind* um artigo intitulado *Proper Names*, onde apresentou pela primeira vez para a comunidade filosófica uma versão de uma teoria descritivistas que se aproxima muito da versão apresentada por Frege em Sentido e Referência; ela é, inclusive, considerada por alguns autores como sendo a versão mais completa e sofisticada dentre as teorias descritivistas<sup>13</sup>. A teoria de Searle é conhecida hoje sob o rótulo de teoria dos agregados de descrições.

Contudo, nosso objetivo nesta altura da dissertação não é o de investigar a teoria dos agregados de Searle, mas sim algo que tem recebido muito menos atenção pelos estudiosos e pesquisadores da filosofia da linguagem, a saber, as suas críticas à teoria causal dos nomes próprios. John Searle, não convencido pelos argumentos apresentados por Kripke e outros,

<sup>11</sup>Cf. (SOAMES, 2002, cap 2)

<sup>12</sup>Nos últimos anos tem se intensificado entre os filósofos uma espécie de defesa ou “ressurgimento” do descritivismo. Alguns filósofos sustentam que com algumas modificações internas na teoria seria possível livrar o descritivismo dos argumentos modais, semânticos e epistêmicos, mostrando que, ao contrário do que pensou Kripke, Putnam, Donnellan e outros, o descritivismo estaria, na verdade, longe de ser realmente refutado. No Brasil, o nome que mais fomenta este tipo de tese é de Claudio Ferreira Costa, professor titular do departamento de filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Em diversos artigos e mais profundamente em seu livro *Lines of Thought: Rethinking Philosophical Assumptions* (2014) ele defende uma versão de descritivismo – denominada por ele de teoria meta-descritivista dos nomes próprios – que estaria imune a tais argumentos. Esse ressurgimento do descritivismo é, no entanto, recente demais para avaliarmos a sua popularidade e influência na comunidade filosófica, o que nos leva a crer que a teoria causal ainda seja a concepção mais popular entre os filósofos.

<sup>13</sup>cf. (DEVITT & STERELNY, 1999.)

muito menos com a proposta de uma teoria causal, dedicou os capítulos oito e nove de sua obra *Intencionalidade* (1983) a dar resposta aos argumentos antidescritivistas assim como também para apresentar contra-argumentos à teoria causal, porém, este fato, acreditamos, não recebeu, a devida atenção necessária por parte dos estudiosos. Para não cometermos injustiça, o único autor que conhecemos que dedicou um pouco de atenção para as objeções de Searle foi David Boersema em seu livro *Pragmatism and Reference* (2009). Porém, esta atenção está longe de poder ser comparada com a atenção que receberam os argumentos dos antidescritivistas. Existe inclusive, uma estranha assimetria no que concerne a atenção que os argumentos receberam na literatura quando se trata do debate entre “descriptivismo versus teoria causal” e suas recíprocas objeções. Por um lado, muito foi – e continua sendo – publicado sobre os argumentos de Kripke, Putnam, Donnellan e outros contra o descriptivismo, eles inclusive receberam nomes pela literatura filosófica: argumento modal, argumento semântico, argumento epistêmico, experimento mental da terra gêmea e etc. Por outro lado, os argumentos por parte dos descriptivistas contra a teoria causal não recebem a mesma atenção. Este estranho aspecto é inclusive mencionado pelo próprio Searle como podemos notar na seguinte passagem:

“Por que razão os autores dessas teorias não se impressionam com tais exemplos? Existe, a propósito, uma estranha assimetria na função dos contra-exemplos nessas discussões: supostos contra-exemplos à teoria descriptivista são geralmente considerados desastrosos para a teoria, enquanto os contra-exemplos à teoria causal são entusiasticamente aceitos como se não tivessem importância[...]Gostaria, inclusive, de ver contra-exemplos às teorias causal e descriptivistas tratados com a mesma atitude”. (SEARLE, 1983, p. 332-333).

Uma vez que o objetivo central desta dissertação é analisar e pesar os argumentos de Searle contra a teoria causal, podemos afirmar que em certa medida o desejo de Searle – expresso na citação acima – será satisfeito em nossa pesquisa. Contudo, antes de apresentarmos propriamente os argumentos de John Searle contra a teoria causal, convém mencionarmos algumas informações que poderão ser relevantes para o leitor.

Primeiramente o leitor deverá ter em mente que todos os argumentos e contraexemplos desenvolvidos por John Searle e que serão apresentados nas próximas seções desta dissertação, foram historicamente endereçados a versões específicas de teoria causal. Isto é, John Searle ao formular suas objeções tinha em mente as duas principais e mais representativas versões de teoria causal de sua época, a saber, a versão apresentada por Saul Kripke em *N&N* e a versão apresentada por Keith Donnellan em *Speaking of Nothing* (1974). Searle estava, portanto, dialogando diretamente com Kripke e Donnellan e foram eles os alvos de suas objeções. Esta informação é relevante porque como veremos no próximo capítulo a superação de algumas objeções searleanas só será possível se levarmos em consideração alguns desenvolvimentos na teoria causal, desenvolvimentos estes que não estão presentes nas versões de Kripke e Donnellan mas apenas numa versão mais “refinada” da teoria causal, versão esta que havia sido

apresentada dois anos antes da publicação de *Intencionalidade* por Michael Devitt em seu livro *Designations* (1981). Em segundo lugar, os nomes que utilizaremos para nos referir a alguns dos argumentos searleanos e que dão título as seções deste capítulo foram dados por mim – argumento da impureza da cadeia causal; argumento da rua M; experimento mental da tribo primitiva – pois, até onde conhecemos tais argumentos nunca foram rotulados pela tradição filosófica, outros eu tomei emprestado da nomenclatura dada por David Boersema.

Por fim, as objeções searleanas foram divididas e serão apresentadas neste capítulo em três grupos: *i*) as observações que pretendem demonstrar que a teoria causal carrega elementos descritivistas implícitos; *ii*) as objeções que pretendem demonstrar a *insuficiência* da teoria causal e; *iii*) as objeções que criticam a *necessidade* da teoria causal. Os grupos serão apresentados seguindo a ordem original do texto de Searle. No entanto, alguns argumentos específicos serão apresentados numa ordem diferente do original. Optamos por apresentá-los desse modo pois acreditamos que alguns argumentos tratam de temas semelhantes ou aproximados facilitando assim a compreensão geral das objeções de Searle<sup>14</sup>

Em 1983 John Searle publicou um livro denominado *Intencionalidade*<sup>15</sup>, esta obra tornou-se um clássico da filosofia da mente e é hoje amplamente considerada uma das principais e mais influente obra filosófica do autor. O objetivo fundamental de Searle com esse livro é, grosso modo, desenvolver e apresentar uma teoria da intencionalidade, isto é, uma teoria que busca explicar como atos intencionais – crenças, desejos, intenções, imaginação entre outros – se relacionam com o mundo externo. É inegável que a maior parte da importância e méritos desse livro advém da sua teoria da intencionalidade. No entanto, essa obra não é destinada exclusivamente à filosofia da mente. Searle tem como um de seus pressupostos mais básicos a ideia de que a filosofia da linguagem é um ramo da filosofia da mente, e, portanto, para que a filosofia da mente seja investigada de maneira profunda, faz-se necessário investigar e discutir a filosofia da linguagem.

Neste livro, Searle dedica dois capítulos – oito e nove – à filosofia da linguagem. O capítulo oito é dedicado a uma defesa do descritivismo frente as principais objeções que lhe foram atribuídas ao longo dos anos. Incluem-se evidentemente entre essas objeções os argumentos de Kripke apresentados no capítulo anterior assim como também outras famosas objeções como as de Hilary Putnam, Keith Donnellan e outros. O capítulo nove, por sua vez, é destinado a atacar a teoria causal, será esse, portanto, o capítulo ao qual focaremos maior nossa atenção. Neste capítulo Searle apresenta uma série de objeções que segundo ele mostram que a teoria causal da referência não apresenta as condições necessária nem suficientes para que o mecanismo de referência dos nomes próprios possa ser explicado satisfatoriamente, levando-o assim a concluir que a teoria causal não fornece uma explicação adequada para o problema da

<sup>14</sup>Só para mencionarmos um exemplo, o argumento das entidades abstratas (2.1.3) será apresentado depois do argumento da impureza da cadeia causal (2.1.2) (originalmente ele é apresentado antes) pois o argumento da impureza da cadeia causal trata de temas relacionado à discussão da seção 2.1.1.

<sup>15</sup>Todas as citações serão retiradas da edição traduzida para o português por Julio Fisher e Tomás Rosa Bueno e publicado pela editora Martins Fontes.

referência dos nomes próprios.

Seria, sem sombras de dúvidas, importante analisarmos o projeto geral de Searle, isto é, analisarmos tanto a sua defesa do descritivismo frente as principais objeções quanto a sua réplica a teoria causal, no entanto, creio que realizar uma análise como esta fugiria dos propósitos de uma simples dissertação, possivelmente a pesquisa tornar-se-ia demasiado extensa, a ideia, entretanto, fica, talvez, para um trabalho futuro. Nossos objetivos aqui, no entanto, são mais modestos, nos contentaremos se metade deste trabalho mais amplo for executado com o rigor e clareza que toda boa filosofia analítica merece. Sem mais delongas, passemos aos argumentos.

### 3.1 AS “OBSERVAÇÕES” DE SEARLE À TEORIA CAUSAL

Como afirmamos anteriormente, as objeções de Searle podem, grosso modo, ser divididas em três grupos: *i)* as observações que pretendem demonstrar que a teoria causal carrega elementos descritivistas implícitos; *ii)* as objeções que mostram a insuficiência de uma teoria de tipo causal, isto é, estas objeções tentam mostrar que alguns aspectos da teoria causal são insuficientes para que o mecanismo de referência possa ser explicado satisfatoriamente; *iii)* as objeções que criticam os aspectos necessários da teoria causal, isto é, Searle pretende com estas objeções mostrar que algumas características da teoria causal não são sequer necessárias para que o mecanismo de referência dos nomes próprios possa ser explicado satisfatoriamente. Iniciaremos nossa exposição dos argumentos searleanos seguindo esta divisão geral. A subseção que se segue tratará do primeiro grupo dos argumentos searleanos.

#### 3.1.1 Seria a Teoria Causal Uma Versão Variante do Descritivismo?

As primeiras críticas que Searle dirige à teoria causal não aparecem sob a forma de um argumento claro e bem definido como as demais objeções, mas ele as apresenta como “observações” a serem feitas a alguns aspectos da teoria causal. Tais aspectos a serem “observados” estão presentes em um famoso parágrafo de *N&N*, que o próprio Searle cita em seu texto e que aqui eu reproduzo.

“O enunciado esquemático de uma teoria pode se dar nos termos que se seguem. Tem lugar um batismo inicial. Neste momento o objeto pode ser designado por ostensão, ou a referência do nome pode ser fixada por uma descrição. Quando o nome é “transmitido de elo para elo” o receptor do nome deve pretender, penso eu, quando ele ouve o nome, usá-lo com a mesma referência que o homem de quem o ouviu usou”. (KRIPKE, 1980, p. 96<sup>16</sup>)

A passagem supramencionada diz respeito ao momento em que Kripke apresenta o que poderia ser considerado o esboço inicial para uma teoria causal da referência. Como vimos

<sup>16</sup>Esta passagem é citada em *Intencionalidade* p. 326. Seguimos a tradução de Julio Fisher e Tomas Rosa Bueno.

anteriormente, a teoria que Kripke apresenta não é uma teoria completa no sentido de apresentar as condições necessárias e suficientes para que o mecanismo de referência possa ser explicado satisfatoriamente, mas é apenas um esboço incompleto de uma teoria, ou como ele costuma chamar, uma *picture*.

Searle inicia suas críticas fazendo algumas observações acerca da passagem citada acima e tece duas grandes críticas quanto a esta passagem. Os aspectos a serem criticados em cada uma das “observações” de Searle são distintos, mas levam, de maneira geral, a mesma conclusão. Nesta seção apresentaremos a primeira crítica, na próxima seção apresentaremos a segunda crítica desta passagem.

A primeira observação de Searle tem como objetivo precípuo criticar os relatos de introdução de um nome tal como foi apresentado por Kripke. Como é sabido, Kripke reconheceu dois possíveis modos de um nome poder ser introduzido na linguagem. O primeiro e mais comum são os casos em que um nome é introduzido por meio de um batismo inicial. Isto ocorre naqueles casos em que um objeto é nomeado por ostensão. Os exemplos mais óbvios deste tipo de nomeação são, por exemplo, as nomeações de crianças ao nascerem ou as nomeações de animais de estimação ao serem adquiridos. A característica principal deste tipo de nomeação é que o nome é fixado ao objeto mediante uma confrontação perceptiva direta do próprio objeto pelo nomeador.

O segundo e menos comum são os casos em que um nome é introduzido na linguagem por meio de uma descrição definida. Isto ocorre naqueles casos em que um nome é atribuído a um objeto em virtude do objeto possuir univocamente algumas propriedades identificadoras, isto é, o objeto possui características únicas não pertencidas a mais nada e é em virtude da posse de tais características que a referência é fixada. Kripke dá como exemplo para este tipo de nomeação o caso da introdução do nome do planeta Netuno. A história nos conta que o planeta Netuno foi descoberto antes mesmo de poder ser observado por um telescópio, pois os astrônomos desconfiaram da existência de um planeta em virtude de uma estranha força gravitacional que afetava a órbita de Urano. Após diversas análises matemáticas foi possível determinar a posição onde o planeta deveria estar situado na esfera celeste e só então ele pode ser observado. Se é verdade que os astrônomos já se referiam ao possível planeta utilizando tal nome antes de mesmo de sua confirmação visual pode ser dizer que nesse caso o que fixava a referência do nome era a, por exemplo, a seguinte DD: “o planeta que causa irregularidades na órbita de Urano”. Ao contrário do caso anterior, a característica principal deste tipo de nomeação é que o nome é fixado ao objeto quando este não está presente no campo perceptivo do nomeador. Em suma, no primeiro caso a referência do nome é fixado na presença do próprio objeto, no segundo caso não. Searle então tece os seguintes comentários acerca do relato de introdução do nome apresentado por Kripke:

“O relato de introdução do nome no batismo é inteiramente descritivista. O batismo ora nos fornece um conteúdo intencional sob a forma verbal, uma descrição

definida...ora nos fornece o conteúdo intencional de uma percepção quando determinado objeto é designado ostensivamente. No caso perceptivo, existe, de fato, uma relação causal. Porém, na medida em que se trata de uma causação intencional, interna ao conteúdo perceptivo, de nada vai adiantar para o teórico causal em seu esforço por apresentar uma interpretação causal externa da relação entre nome e objeto. Em tais casos, obviamente, haverá também uma interpretação causal externa em termos do impacto do objeto sobre o sistema nervoso, mas os fenômenos causais externos não fornecerão, por si, uma definição ostensiva do nome. Para obter a definição ostensiva o percipiente deve perceber o objeto, e isso envolve algo mais do que o impacto físico do objeto sobre o sistema nervoso”. (SEARLE, 1983, p. 326)

Como é possível notar Searle acredita que tanto no caso de introdução do nome via DD quanto no caso de introdução do nome mediante o ato ostensivo, estão contidos elementos descritivistas na explicação do teórico causal. No primeiro caso nenhum defensor da teoria causal discordaria da tese de Searle. Na realidade, quando Kripke apresenta este tipo de nomeação e dá o caso do planeta Netuno como exemplo, o contexto de sua discussão é justamente sobre aqueles casos em que a teoria descritivista parece estar correta acerca de como se explica a referência dos nomes. Por outro lado, os casos de fixação de referência mediante o ato ostensivo são considerados pelos teóricos causais os exemplos mais evidentes de que a teoria causal é a mais correta. Pois, como é sabido, de acordo com a teoria causal nesses casos o batismo inicial é responsável por criar o “elo causal” inicial entre o objeto e o nomeador, a partir do qual sucessivamente outros novos “elos” são criados na medida em que o nome se espalha entre uma determinada comunidade de falantes. Dados estes fatos, é possível notar que a afirmação de Searle gera controvérsias com o teórico causal apenas nos casos de introdução do nome mediante o ato ostensivo.

O ponto de discórdia entre Searle e o teórico causal reside, portanto, em saber se a relação causal – o contato perceptivo, nas palavras de Searle – entre o percipiente e o objeto a ser nomeado é suficiente a ponto de poder ser estabelecida uma relação de fixação de referência genuína entre o objeto e o nomeador – percipiente. De acordo com o teórico causal, tudo que é requerido para que a fixação da referência seja satisfeita é a simples relação causal externa e nada mais. Para Searle, isto não é suficiente, pois como ele próprio sustenta: “Para obter a definição ostensiva o percipiente deve perceber o objeto, e isso envolve algo mais do que o impacto físico do objeto sobre o sistema nervoso”(SEARLE, 1983, p. 326. Grifo nosso). Disso se segue que, segundo Searle, o “elo inicial” supostamente estabelecido entre o nomeador e o objeto a ser nomeado não é genuinamente causal, pois não há genuinamente uma relação causal entre eles, existe algo mais. É importante notar que Searle não nega que exista de fato uma relação causal entre o objeto e o nomeador nos casos em que um nome é introduzido por meio do ato ostensivo, o que ele nega é que esta relação causal seja meramente uma causação externa como acreditam os teóricos causais, mas ao contrário, ela contém *algo mais*, ela é, nas palavras de Searle, uma causação de tipo intencional, isto é, uma causação que envolve conteúdo intencional na mente do falante. Searle apresenta um exemplo onde fica evidente quais tipos

de conteúdos intencionais podem ser associados por um participante de uma cadeia causal ao adquirir um nome, diz ele:

“Quando digo “Baxter”, designo o homem ao qual sou capaz de *reconhecer como* sendo Baxter ou o homem a quem fui *apresentado como* sendo Baxter, ou o homem a quem *vi* ser batizado como Baxter, e, em cada um desses casos, o elemento causal implicado pelo termo em itálico é a causação Intencional. Em cada caso a condição causal é parte do conteúdo intencional associado ao nome”.  
(SEARLE, 1983, p. 334-335)

Em consonância com a interpretação searleana, pode-se dizer que a referência a Baxter ao longo da cadeia comunicativa é garantida em virtude de ser Baxter, e não uma outra pessoa qualquer, que satisfaz os conteúdos intencionais mencionados no exemplo, isto é, Baxter é referido não pela simples existência de uma conexão causal relacionando um determinado falante ao momento em que este adquiriu o nome pela primeira vez, como sustenta Kripke, mas sim em virtude da satisfação do conteúdo intencional associado pelo falante. Em suma, Kripke defende que o mecanismo que fixa a referência de um nome mediante um batismo ostensivo é a simples relação causal possuída entre o objeto e o nomeador. Por outro lado, Searle defende que a fixação da referência é determinada em virtude da satisfação, por parte do objeto, do conteúdo intencional na mente do nomeador.

Se a argumentação de Searle é plausível, então parece que a versão kripkiana da teoria causal se encontra em grandes apuros, uma vez que supostamente foi demonstrado que até mesmo na explicação da fixação de referência mediante ato ostensivo estão contidos elementos descritivistas – os conteúdos intencionais – Isto, no entanto, ainda não é tudo, a teoria causal estaria, segundo Searle, ainda mais contaminada por elementos descritivistas. Passemos agora a segunda observação de Searle.

### 3.1.2 O Argumento da “Impureza” da Cadeia Causal

A segunda “observação” de Searle, tem também como alvo o mesmo extrato do texto de Kripke citado na seção anterior, todavia, seu ponto é outro. A característica da teoria causal a ser criticada nesta nova observação é a *cadeia causal*. Para sermos mais precisos, o aspecto da teoria causal que será criticado por Searle é o que nós denominamos de “cláusula de Kripke”, que é o mecanismo responsável por garantir a eficácia da cadeia causal. Em que consiste exatamente esta cláusula? Kripke quando apresentou a sua teoria, alertou para uma espécie de “pré-requisito, “cláusula” ou “condição” fosse obedecida a fim de que a sua teoria pudesse ser corretamente interpretada. A referida cláusula é apresentada na seguinte passagem:

“Quando o nome é “transmitido de elo para elo” o receptor do nome deve preter, penso eu, quando ele ouve o nome, usá-lo com a mesma referência que o homem de quem o ouviu usou. Se ouço o nome Napoleão e decido que este seria

um bom nome para o meu cachorro de estimação, não satisfaço esta condição”.  
(Kripke, 1980, p. 96)

Como é possível notar, a cláusula alerta para o fato de que não se deve de maneira deliberadamente intencional mudar a referência de um nome ao aprendê-lo, pois, ao fazer isso, a cadeia causal possuída pelo nome é afetada, causando assim uma mudança na referência original do nome e conseqüentemente causando erro no processo de referência daquele nome. Se alguém ouve o nome “Napoleão” sendo usado, por exemplo, na aula de história para se referir a um famoso imperador francês e decide que este nome seria um excelente nome para seu novo animal de estimação, os “elos causais” que, por ventura, irão originar-se a partir da disseminação deste novo uso do nome não serão considerados “elos” da cadeia causal do nome tal como foi usado pelo professor na aula de história, mas sim, “elos”, talvez, de um novo nome. Este não é o tipo de “elo” nem de cadeia causal requerido por Kripke nem por qualquer outro teórico causal.

Embora o alvo desta segunda observação searleana seja outro, quando comparada com a observação anterior, a estratégia argumentativa, no entanto, é a mesma, e como veremos mais adiante, leva às mesmas conclusões. Assim como Searle procedeu na crítica anterior, o objetivo de sua argumentação é revelar que na própria explicação de Kripke algumas características da sua teoria estão contaminadas por elementos descritivistas. Vejamos, nas palavras do próprio Searle qual característica desta vez carrega um elemento descritivista:

“Uma segunda característica a ser observada acerca da teoria de Kripke é que a cadeia causal não é, por assim dizer, pura. Além da causação e do batismo, permite-se a sutil intromissão de um elemento Intencionalista adicional: cada falante deve pretender referir-se ao mesmo objeto a que a pessoa de quem ele aprendeu o nome se referiu. Temos aqui, portanto, algum conteúdo Intencional associado a cada uso do nome “*N*” na cadeia causal, a saber, “*N* é o objeto referido pela pessoa que me transmitiu o nome”. (SEARLE, 1983, p. 327)

Como pode-se facilmente notar, o elemento descritivista contido na cadeia causal é a intenção de cada falante de pretender referir-se ao mesmo objeto a que a pessoa de quem ele obteve o nome “*N*” se referiu. “Ter a intenção de...” ou se preferir “pretender referir-se à...” é, de acordo com a teoria da intencionalidade searleana, um exemplo de uma ação notadamente intencional e, portanto, descritivista, pois tal intenção poderia, por exemplo, ser verbalizada através da DD dada por Searle: “*N* é o objeto referido pela pessoa que me transmitiu o nome”. Uma vez que a cláusula de Kripke é requerida em cada “elo” de transmissão do nome, segue-se, que cada um dos elos da cadeia causal carrega este suposto elemento descritivista, o que faz com que a cadeia causal em si seja considerada por Searle, uma cadeia não pura, no sentido de não ser uma cadeia puramente causal.

Ora, se a cadeia não é puramente causal, então parece que a explicação de Kripke acerca de como os nomes desempenham sua função referencial é profundamente afetada pela crítica de Searle. Ao revelar que a cadeia causal está contaminada por elementos intencionais

Searle mostra, conseqüentemente, que o mecanismo responsável por manter a referência bem sucedida ao mesmo objeto, não é a simples relação causal que conecta um determinado falante a um certo proferimento anterior do nome, como pensa Kripke, mas sim, as intenções de cada participante – da cadeia causal – de referir o mesmo objeto da pessoa de quem ele adquiriu o nome se referiu. Esta é uma tese bastante importante na crítica de Searle contra a teoria causal e será retomada por ele em outros momentos posteriores do seu texto, mais precisamente quando ele apresenta o contraexemplo Madagascar (2.1.4). Nesta ocasião teremos a oportunidade de fornecermos os aprofundamentos necessários para a discussão adequada deste ponto. O que nos interessa primordialmente nesta seção é apresentar o elemento descritivista implícito na explicação do teórico causal, este é nosso único propósito.

As críticas searleanas que foram apresentadas até esse momento da dissertação possuem algo em comum além da mera semelhança de estratégia argumentativa. Tanto a primeira “observação” quanto a observação discutida por nós nesta seção, tem o propósito de fundamentar o que acreditamos ser a principal tese sustentada por Searle contra a teoria causal, a saber, a tese de que a teoria causal seria, no fundo, uma variante do descritivismo. As duas observações de Searle tem um único propósito: evidenciar os elementos descritivistas implícitos na teoria causal de Kripke. A primeira observação, revela o elemento implícito contido na causação física – contato perceptivo – no ato de introdução de um nome mediante o batismo por ostensão. A segunda, revela o elemento implícito contido na cadeia causal, mais precisamente, na cláusula de Kripke. Essas observações mostram, segundo Searle, que a suposta eficácia da teoria causal deve-se, exclusivamente, ao fato de ela conter elementos descritivistas e nada mais. Ao contrário do que os teóricos causais sustentam a teoria causal não seria realmente uma concepção contrária ao descritivismo, mas sim uma variante do descritivismo. Isto equivale segundo Searle, “a simples alegação de que o descritivismo inclui alguns elementos, por exemplo perceptivo no conteúdo intencional associado ao emprego dos nomes”. (SEARLE, 1983, p. 335).

### 3.2 AS OBJEÇÕES QUE ATACAM A INSUFICIÊNCIA DA TEORIA CAUSAL

No que se segue, apresentaremos o segundo grupo de argumentos searleanos. Os contraexemplos apresentados por Searle têm como objetivo fundamental demonstrar que a explicação de Kripke acerca do modo de como os nomes são introduzidos na linguagem falha em lidar com alguns tipos específicos de nomes próprios. Os exemplares apresentados por Searle são os nomes de entidades abstratas, como, por exemplo, os nomes dos números e figuras geométricas e os nomes em que ocorrem uma mudança de referência ao longo da história do nome, como, por exemplo, a história do nome “Madagacar”. A conclusão a ser atingida por Searle é demonstrar que a teoria causal não oferece as condições *suficientes* para que o mecanismo de referência dos nomes possa ser explicado de modo satisfatório, i.e. a teoria causal fornece uma explicação insuficiente para o problema da referência. Vejamos os contraexemplos.

### 3.2.1 O Contraexemplo das Entidades Abstratas

As objeções que doravante apresentaremos seguem uma estratégia argumentativa distinta das objeções apresentadas até este momento da dissertação. Como vimos até agora, a estratégia principal das objeções de Searle era revelar características descritivistas que estavam implicitamente contidas na explicação do funcionamento da teoria causal. A nova estratégia, por outro lado, visa apresentar supostos contraexemplos à teoria causal, isto é, Searle apresentará exemplos de nomes cujo funcionamento não obedecem às características descritas pelo teórico causal, ou quando obedece, leva a conclusões diferentes da conclusão sustentada pelos mesmos.

Nesta seção apresentaremos dois contraexemplos, nós os denominamos de “contraexemplo das entidades abstratas” e “contraexemplo dos objetos futuros”. Segundo Searle, tais contraexemplos mostram de maneira evidente que a teoria causal não fornece explicações suficientes para lidar com estes casos, enquanto que, por outro lado, os mesmos exemplos não apresentam nenhum tipo de dificuldade para uma teoria de tipo descritivista.

O primeiro contraexemplo é apresentado por Searle de maneira bastante breve e direta, um leitor desatento poderia até mesmo sequer notar o contraexemplo no livro, uma vez que ele é apresentado em meio ao tema discutido por nós na seção anterior. No entanto, assim como David Boersema, reconhecemos que há neste contraexemplo uma importante crítica à teoria causal que não deve ser negligenciada. Searle apresenta o contraexemplo nas seguintes linhas:

“Há uma porção de nomes próprios de entidades abstratas, por exemplo, numerais, que são nomes de números, e é impossível à entidade abstrata deflagrar cadeias causais físicas”. (SEARLE, 1983, p. 327)

Algumas páginas mais à frente no texto, ainda se referindo aos nomes de entidades abstratas, ele completa:

“se eu contar até 387, o numeral designa o número sem que nenhuma cadeia causal me relacione a alguma suposta cerimônia batismal daquele número”. (SEARLE, 1983, p. 332)

Algumas páginas ainda mais à frente no texto, Searle apresenta um novo contraexemplo que possui muita semelhança com este, nós o denominamos de contraexemplo das entidades futuras. No entanto, Searle não oferece nenhum exemplo específico para este caso, não encontramos também, nenhuma passagem que possa ser claramente citada acerca deste caso. Assim como BOERSEMA (2009, p. 28) procedeu em seu livro, iremos subsumir este novo contraexemplo ao exemplo das entidades abstratas em virtude de suas semelhanças – que esperamos que se tornem claras ao longo da discussão – e discutiremos tais contraexemplo em conjunto.

A fim de que se possa compreender a suposta força dos contraexemplos searleanos, é necessário lembrarmos antes algumas características da teoria causal. Como vimos anteriormente, a tese central da teoria causal – em qualquer de suas versões – é que o mecanismo de

referência dos nomes próprios é explicado em termos de sucessivos “elos causais” que em última instância conectam os falantes com o próprio objeto. Em outras palavras, um falante *S* se refere ao um objeto *x* utilizando um nome *n*, se e somente se, *S* faz parte de uma cadeia causal que possui *x* como elo inicial. Segundo os teóricos causais este é o mecanismo que explica como a grande maioria dos nomes próprios desempenham sua função referencial.

Como o leitor mais atento já deve ter notado, o contraexemplo de Searle vai na contramão da tese central da teoria causal. Searle, com a sua crítica, apresenta uma série de nomes, como é o caso dos nomes de entidades abstratas e nomes de objetos que estão localizados no futuro que não satisfaz a tese central dos teóricos causais, mais precisamente, não satisfaz a condição de estarem presente no elo inicial, visto os objetos que possuem tais nomes não estão localizados no “mundo físico” e, portanto, não podem deflagrar uma cadeia causal física que o contenha como parte do elo inicial.

Searle apresenta apenas um exemplo específico a ser discutido, embora, não seja difícil pensarmos em outros. Pensemos, por exemplo, no nome “dois”, nome de um objeto abstrato da matemática, ou, por exemplo, no nome “quadrado”, nome de um objeto abstrato da geometria, ou então, pensemos no nome “Brasília” ou “Katrina” nomes respectivamente de uma cidade e de um furacão, e que um dia estiveram localizados no futuro<sup>17</sup>. Todos estes nomes citados podem ser utilizados para fazer referência a objetos específicos e ninguém duvidaria que ao utilizar tais nomes um processo genuíno de referência de fato ocorre. No entanto, tais casos mostram que, se somos capazes de fazer referência utilizando tais tipos de nomes, a referência nestes casos não pode ser explicada em termos de “elos” ou cadeias causais como requer Kripke e outros, uma vez que os objetos que possuem tais nomes não podem ter deflagrado elos ou cadeias causais físicas em virtude de não pertencerem ao mundo físico. Possuir uma relação causal com algo, envolve, necessariamente, uma relação sensorial – perceptiva, auditiva, tátil e etc – até onde se sabe, os objetos mencionados nos contraexemplos são incapazes de manter tais tipos de relação, e por esse motivo, são problemáticos para a teoria causal.

Por outro lado, os contraexemplos searleanos não apresentam qualquer tipo de dificuldade para uma teoria de tipo descritivista. A tese central do descritivismo – em qualquer uma de suas versões – é que o mecanismo de referência dos nomes próprios é explicado em termos da satisfação das DD – a satisfação do conteúdo intencional, no vocabulário intencionalista de Searle – associadas por um falante ao nome. Em outras palavras, de acordo com o descritivismo, um falante *S* consegue se referir a um objeto *x* utilizando um nome *n*, se e somente se, *x* satisfaz de maneira unívoca a descrição – ou as descrições no caso da teoria dos agregados – definida associada por *S*. O descritivista poderia sustentar, portanto, que a referência ao número dois é garantida em virtude de ser o número dois que satisfaz de maneira unívoca, por exemplo, a seguinte DD: “o número natural que segue o um e precede o três”, o mesmo vale para o nome “quadrado” uma certa figura geométrica é designada por este nome em virtude de satisfazer, por

<sup>17</sup>A cidade de Brasília recebeu este nome quando se encontrava ainda em fase de planejamento, o furacão, por sua vez, recebeu este nome pelos meteorologistas antes mesmo de sua formação.

exemplo, a DD: “a figura geométrica que possui lados e ângulos iguais”o mesmo se aplica para os outros contraexemplos. Passemos ao próximo contraexemplo.

### 3.2.2 O Contraexemplo Madagascar

O contraexemplo que a seguir apresentaremos possui uma particularidade quando comparado com todos os outros, a saber, este é o único argumento que não foi apresentado originalmente por Searle. O contraexemplo se deve a Garreth Evans (1946-1980) que em 1973 publicou pelo importante periódico *The Aristotelian Society* o artigo intitulado *The Causal Theory of Names* onde, entre outras coisas, Evans apresenta alguns contraexemplos à teoria causal dos nomes próprios. O exemplo que se tornou-se mais conhecido na literatura filosófica foi o caso do nome Madagascar, e é neste exemplo que Searle se apoia para criticar a teoria kripkeana dos nomes.

O exemplo diz respeito a história do nome “Madagascar”. Não sabemos se de fato a história contada é verdadeira, mas isto não é, no final das contas, relevante para o caso. A história, grosso modo, é a seguinte: O nome “Madagascar”era, em sua origem, o nome por meio do qual os nativos africanos usavam para se referir a uma determinada parte do litoral do continente africano. Marco Polo, ao passar pela região, confundiu o uso do nome pelos nativos e usou o nome para se referir a uma ilha afastada da costa africana e é essa ilha que atualmente designamos por “Madagascar”. A questão que deve ser colocada, segundo Searle, contra o teórico causal ao considerar um caso como este é: “como e por que o nome se refere a Madagascar e não ao continente africano (a parte litorânea), dado que a cadeia causal se dirige para o continente?”cf. (SEARLE, 1983, p. 330).

A fim de que seja possível compreendermos a força do contraexemplo de Evans precisamos analisar o caso sob a perspectiva da teoria causal. De acordo com a teoria causal kripkeana há um batismo inicial onde a referência do nome é fixada, através dos mais variados gêneros de conversa o nome se dissemina entre uma comunidade formando assim uma imensa cadeia causal que conecta, através de relações causais – ver ou ouvir o proferimento do nome – os novos usuários do nome com os usuários anteriores, de tal modo que uma pessoa que esteja, por exemplo, no último elo da cadeia causal possa se referir ao objeto que foi originalmente nomeado. Analisando o caso do nome Madagascar sob esta perspectiva é fácil notarmos que esse não segue a explicação geral de Kripke. Um falante que profere o nome “Madagascar”atualmente refere-se a maior ilha do continente africano, enquanto que um falante inicial do nome se referia a uma parte do litoral africano e não a ilha. A cadeia causal que conecta ambos os falantes é, aparentemente, a mesma, no entanto, os objetos referidos são distintos.

É importante notar que mesmo no contraexemplo de Evans a cláusula de Kripke é satisfeita, até mesmo por Marco Polo, ele teve a intenção de usar o nome “Madagascar”com a mesma referência da pessoa de quem lhe transmitiu o nome se referiu, ele apenas confundiu a referência, o erro não foi deliberadamente intencional. O exemplo Madagascar revela que há, na história de referência deste nome, pelo menos três momentos que precisam ser distinguidos. Há inicialmente os usos iniciais do nome “Madagascar”pelos nativos, onde esse é usado para referir-

se a parte litorânea do continente africano. Num segundo momento, há o uso equivocado de Marco Polo, e a partir deste momento ocorre o que Devitt denomina de *mudança de referência* [*reference change*], isto é, há uma mudança de referência do nome. Por fim, influenciados pelo uso equivocado de Marco Polo, estabelece-se uma nova referência ao nome de tal maneira que esta sobrepõe a referência anterior. Olhando este caso do ponto de vista da teoria causal todos as condições requeridas pela teoria são satisfeitas: Há uma cadeia causal que conecta cada um dos proferimento do nome com um proferimento anterior e há a intensão de cada participante da cadeia causal de referir-se ao mesmo objeto de quem a pessoa que lhe transmitiu o nome se referiu, no entanto, ao contrário do que preveu Kripke a referência não é mantida ao longo da cadeia causal. Este exemplo mostra, portanto, que a teoria causal não fornece uma explicação satisfatória para os casos em que ocorrem uma mudança de referência de um nome.

Por outro lado, casos como este não apresenta qualquer dificuldade para uma teoria de tipo descritivista. A teoria causal, como acabamos de ver, não fornece qualquer explicação que demonstre por que os usos subseqüentes ao equívoco de Marco Polo referem um objeto diferente daquele originalmente batizado com o nome. A teoria descritivista por sua vez, distingue tais usos recorrendo as DD – os conteúdos intencionais, no vocabulário searleano – associados pelos falantes. Grosso modo, o descritivista poderia argumentar que objetos distintos são referidos em virtude dos conteúdos intencionais associados ao nome “Madagascar” antes e depois do equívoco de Marco Polo serem também distintos. No momento inicial do nome, a parte litorânea do continente africano era referida com o nome, em virtude de ser ela e não a ilha que satisfazia os conteúdos intencionais associados na mente dos falantes – um falante deste período, poderia, por exemplo, fornecer verbalmente uma descrição definida que fosse satisfeita de maneira unívoca pela costa africana – o mesmo vale para os usos subseqüentes ao uso de Marco Polo, em tais casos a ilha é referida, pois é a ilha, e não qualquer outra coisa que satisfaz de maneira unívoca a descrição definida associada pelo falantes atuais.

### 3.3 AS OBJEÇÕES QUE ATACAM A NECESSIDADE DA TEORIA CAUSAL

Os argumentos searleanos que apresentamos até esse momento da dissertação, se plausíveis, mostram que a teoria causal da referência não fornece as condições *suficientes* para que o mecanismo de referência dos nomes próprios possa ser explicado de maneira satisfatória. O argumento das entidades abstratas (2.1.3) como vimos, mostra que a teoria causal não possui elementos explicativos *suficientes* para lidar com nomes de entidades abstratas. O contraexemplo Madagascar (2.1.4), por sua vez, mostra que a teoria causal não possui elementos explicativos para lidar com casos em que a referência do nome é alterada ao longo do tempo – *reference change* – Tendo alcançado este resultado, Searle então se pergunta: “se um quadro kripkeano da teoria causal não nos fornece as condições suficientes, oferecerá, ao menos, uma condição necessária?” cf. (SEARLE, 1983, p. 330). Como pode-se imaginar, sua resposta à pergunta é claramente negativa. Afim de demonstrar esta nova tese ele apresenta dois novos contraexemplos, nós os denominamos de: argumento da rua M e experimento mental da tribo primitiva. No

que se segue, passaremos a apresentar cada um dos contraexemplos individualmente.

### 3.3.1 O Argumento da Rua M

Os contraexemplos que doravante iremos apresentar fazem parte, segundo nossa interpretação, do terceiro grupo dos argumentos searleanos, a saber, aqueles que pretendem demonstrar que a teoria causal kripkeana não fornece as condições *necessárias* para que o mecanismo de referência dos nomes próprios possa ser explicado de modo plausível. A estratégia argumentativa de Searle ao propor tais contraexemplos é mostrar que é possível que um nome próprio desempenhe sua função referencial, isto é, que o nome próprio refira a algo sem que nenhuma cadeia causal faça a mediação entre o nome e o falante. Isto é, Searle sustenta que é possível que um nome refira algo mesmo em face da inexistência de qualquer cadeia causal comunicativa conectando uma falante com um nome. Ele apresenta dois contraexemplos análogos para ilustrar esta tese.

O primeiro contraexemplo ele toma emprestado de David Kaplan, e o mais interessante é que exemplo foi apresentado por Kaplan como um indício de que o descritivismo não poderia estar correto. Segundo Kaplan, Ramsés VIII é “um dentre numerosos faraós antigos acerca dos quais nada se conhece”. O ponto de Kaplan ao apresentar este caso é revelar que é plenamente possível que alguém use este nome para se referir ao antigo faraó mesmo que esta pessoa seja incapaz de fornecer qualquer descrição unívoca acerca deste indivíduo – este argumento segue a mesma estrutura do argumento kripkeano acerca de Feynman e Einstein apresentados por nós no capítulo anterior. Contudo, de acordo com Searle este caso não apresenta qualquer dificuldade para as teorias descritivistas, mesmo para aquelas mais ingênuas cf. (SEARLE, 1983, p. 330). A contra argumentação de Searle é a seguinte: Embora as pessoas não sejam capazes de fornecer qualquer característica unívoca de Ramsés VIII, elas devem possuir ao menos o conhecimento de que os faraós de mesmo nome são numerados sequencialmente. Se esse for o caso, então, aparentemente esta pessoa já pode ser capaz de fornecer uma descrição identificadora, a saber, “Ramsés VIII é o faraó que governou o Egito sucedendo a um faraó chamado Ramsés VII”.

Após ter demonstrado que esse exemplo não oferece qualquer problema para uma teoria descritivistas, Searle se utiliza do mesmíssimo exemplo, dessa vez para atacar a teoria causal. Searle diz o seguinte:

“Suponhamos, apenas para argumentar, que temos um vasto conhecimento acerca de Ramsés VII e Ramsés IX. Nesse caso, poderíamos empregar, sem sombra de hesitação, o nome “Ramsés VIII” para nos referir ao Ramsés surgido entre Ramsés VII e Ramsés IX, ainda que diversas cadeias causais a reportar-nos ao antigo Egito omitam Ramsés VIII”. (SEARLE, 1983. p. 331)

O que o exemplo acima nos mostra é que não há nenhuma cadeia causal que conecte um proferimento do nome “Ramsés VIII” com algum faraó do antigo Egito. Há sim, cadeias causais que conectam o nome “Ramsés VII” e “Ramsés IX” com seus respectivos referentes,

mas não há nenhuma que conecte o nome anterior. A diferença entre os nomes “Ramsés VIII”, “Ramsés VII” e “Ramsés IX” é que a existência do primeiro é puramente estipulada em virtude da existência dos demais. No entanto, cada um dos três nomes desempenha a função referencial da mesma forma. O ponto de Searle é mostrar que a teoria causal não explica como nós somos capazes de nos referir a Ramsés VII, uma vez que não há qualquer cadeia comunicativa que se inicie nele. Por outro lado, este mesmo exemplo não apresenta qualquer dificuldade para a teoria descritivista. Embora não sejamos capazes de fornecer uma descrição que identifique de modo único Ramsés VIII, poderíamos nos referir a ele nos apoiando em informação colaterais que sabemos acerca dos outros faraós.

O segundo exemplo é análogo a este, diz Searle: posso, por exemplo, referir-me a rua M em Washington, pelo simples fato de saber que existe, naquela cidade, uma sequência alfabética de nomes de ruas – “A”, “B”, “C”, etc. Não é necessário que eu tenha relação causal alguma com a rua M para fazê-lo. (SEARLE, 1983, p. 332). As conclusões extraídas por Searle a partir deste exemplo são as mesmas do exemplo anterior. Não é necessário que haja qualquer cadeia causal comunicativa ligando um falante a rua M para que ele possa usar este nome referencialmente. Para que isto aconteça é necessário apenas, segundo Searle, que o falante seja capaz de identificar o nome com base na posição do nome no sistema. Isto é, se um falante é capaz de compreender que os nomes das ruas são dados seguindo uma ordem específica, então o falante pode se referir a qualquer uma das ruas que faça parte deste sistema sem que qualquer cadeia causal os conecte. Do mesmo modo, se um falante compreende que os nomes dos faraós do antigo Egito eram dados obedecendo uma regra específica, então é possível referir qualquer um dos faraós que faça parte de tal sistema de nomes. A conclusão de Searle é que não é necessário que haja uma cadeia causal conectando um falante a um nome para que este falante possa usar o nome referencialmente.

### 3.3.2 O Experimento Mental da Tribo Primitiva

Por fim, Searle apresenta seu último e mais importante contraexemplo à teoria causal. Ele o apresenta sob a forma de um experimento mental. O experimento mental é apresentado nas seguintes linhas:

“Imaginemos uma comunidade primitiva de caçadores e colhedores dotada de uma linguagem que contenha nomes próprios[...] Imaginemos que todos os membros da tribo conhecem todos os demais membros e que os membros neonatos sejam batizados em cerimônias frequentadas por toda a tribo. Imaginemos ainda, que, à medida que as crianças crescem, vão aprendendo os nomes das pessoas, assim como os nomes locais de montanhas, lagos, ruas, casas etc. por ostensão. Suponhamos também, que exista um rígido tabu na tribo contra falar sobre os mortos, de sorte que o nome de um indivíduo jamais é pronunciado após sua morte”. (SEARLE, 1980, p. 334).

A partir do modo como Searle descreveu a situação fictícia acima, ele extrai a seguinte conclusão: “Do modo como a descrevi, não existe um único uso de um nome próprio na tribo que satisfaça a cadeia causal de comunicação do tipo defendida por Kripke, Donnellan e outros . (cf. SEARLE, 1983, p. 334). É fácil notarmos que, de fato, não há qualquer transmissão de nomes na tribo tal como foi descrita por Searle. Uma vez que todos os membros da tribo se conhecem mutuamente e que os novos membros da tribo são batizados em uma cerimônia pública frequentada por todos os demais membros, não existe a possibilidade de se ensinar ou transmitir um nome a alguém que o desconheça. Os membros da tribo, são, por assim dizer, oniscientes acerca da existência de todos os demais membros da tribo. Por outro lado, uma vez que existe um rígido tabu que proíbe a utilização de um nome próprio após a morte do seu portador, eliminasse com isso a possibilidade de um nome poder ser transmitido através de novas gerações dos membros da comunidade. Isto significa que um membro qualquer da tribo nunca poderá obter informações, por exemplo, de um antigo antepassado de sua família ao qual ele nunca sequer conheceu.

Uma vez tendo sido apresentado o contraexemplo da tribo primitiva, Searle julga que os teóricos causais poderiam, ainda assim, apresentar uma réplica ao seu contraexemplo. A réplica seria a seguinte: O espírito da teoria causal se mantém no exemplo, pois, embora não haja uma cadeia de comunicação, há, não obstante, uma relação causal entre a aquisição do nome e o objeto nomeado, pois o objeto é apresentado ostensivamente cf. (SEARLE, 1983, p. 334). A resposta que Searle apresenta contra essa réplica é dupla. Explico.

Primeiramente, Searle afirma que o tipo de relação que ensina o uso do nome não é uma relação causal do tipo defendida pelos teóricos causais, isto é, uma causação puramente externa. Um simples impacto físico de um objeto sobre o sistema nervoso não é capaz de transmitir a referência de um nome. De acordo com Searle, quando aprendemos a utilizar um nome com uma determinada referência, embora possa de fato existir uma conexão causal entre meu uso do nome e um certo objeto, a referência nunca é garantida pela simples existência da relação causal. Mas sim em virtude do objeto referido satisfazer os conteúdos intencionais associados ao nome. Quando usamos o nome “Aristóteles”, por exemplo, embora possa existir uma relação causal entre nós e Aristóteles não é esta causação que garante nossa referência à Aristóteles. Aristóteles é referido neste caso, segundo Searle, em virtude de ser ele, e apenas ele, o indivíduo a qual podemos reconhecer como sendo Aristóteles, ou o qual ouvimos ser denominado Aristóteles, ou o qual aprendemos que se chama Aristóteles. Em cada um desses casos, o elemento causal implicado pelo termo em itálico é a causação intencional. Em cada caso a condição causal é parte do conteúdo intencional – das DD – associado ao nome cf. (SEARLE, 1983, p. 335).

A segunda resposta dada por Searle contra a réplica dos teóricos causais é sustentar que poder-se-ia, por exemplo, alterar um pouco o contraexemplo de modo que todos os nomes na tribo fossem introduzidos por descrição e nesse caso não haveria qualquer relação ostensiva entre o nome e o objeto referido. (cf. SEARLE, 1983, p. 334).

Uma vez tendo sido apresentado o experimento mental da tribo primitiva e em seguida dado as devidas respostas à possível réplica do teórico causal, Searle julga ter demonstrado que a teoria causal dos nomes não apresenta as condições *necessárias* para a referência através de nomes, uma vez que ele acabou de demonstrar que é possível fazer referência mesmo em face da inexistência de qualquer cadeia causal de comunicação.

Podemos resumir o resultado final de todas as objeções de Searle que foram apresentadas neste capítulo da dissertação da seguinte maneira: O primeiro grupo de argumentos de Searle, supostamente demonstrou que os méritos da teórica causal se devem, em grande medida, ao fato dela ser uma variante do descritivismo e não uma teoria rival. O segundo grupo de contraexemplos, supostamente demonstrou que a teoria causal da não oferece as explicações suficientes para explicar o funcionamento de alguns tipos de nomes em particular – nomes de entidades abstratas, entidades futuras e nomes que mudaram a referência ao longo do tempo – O terceiro e último grupo de contraexemplos, supostamente demonstrou que não é necessário que se recorra a cadeia causal de comunicação a fim de que se possa explicar de maneira plausível o problema da referência dos nomes. Dito isto, restar-nos investigar se de fato os argumentos de Searle são plausíveis. Este será o nosso objetivo no capítulo seguinte.

## 4 RESPOSTAS AS OBJEÇÕES DE JOHN SEARLE

Neste quarto capítulo desta dissertação teremos como objetivo central apresentar respostas para as objeções de John Searle discutidas por nós no capítulo anterior. Realizar esta tarefa não será algo fácil, uma vez que o debate entre John Searle e os teóricos causais – em especial Michael Devitt – se encontra bastante fragmentado, não existindo assim, uma obra ou artigo em específico ao qual podemos tomar como único parâmetro para nossa exposição. Ao invés disso teremos que realizar o cotejamento crítico recorrendo à diversos artigos e livros de Devitt.

Como mencionamos no fim do primeiro capítulo, Devitt é o principal filósofo responsável por defender, revisar e ampliar as teses da teoria causal tal como foi inicialmente apresentada por Kripke. O leitor perceberá que, no decorrer deste capítulo, muitas das objeções searleana só poderão ser respondidas, de modo adequado, se recorrermos à versão de teoria causal de Devitt. Isto, contudo, não acontece para todos os argumentos, quando esse não for o caso, faremos questão de diferenciarmos qual versão da teoria causal está sendo mencionada.

Uma dificuldade adicional para a realização de nossa tarefa neste capítulo é que algumas das objeções searleanas receberam atenção dos teóricos causais de maneira radicalmente distintas de outras. O contraexemplo Madagascar, por exemplo, foi amplamente discutido por Michael Devitt, e em virtude disto há uma fonte bibliográfica considerável da qual podemos extrair e apresentar uma solução para o problema da mudança de referência de um nome. Por outro lado, a objeção acerca das entidades abstratas, por exemplo, não foi quase sequer discutida ou analisada tanto por Devitt quanto por qualquer outro teórico causal. Para esses casos específicos adotaremos como bibliografia fundamental de nossa exposição a obra *Pragmatism and Reference* de David Boersema. Esta é a única obra filosófica que conhecemos que dedica algumas poucas páginas a mapear o debate entre John Searle e os teóricos causais tal como pretendemos nesta dissertação. Esperamos que ao final de nossa exposição sejamos capazes de decidir se as objeções de John Searle representam, de fato, serias objeções à teoria causal.

### 4.1 RESPOSTA À 1ª OBSERVAÇÃO DE SEARLE

Antes de apresentarmos a resposta de Michael Devitt à primeira observação feita por Searle, convém lembrarmos, de maneira rápida, em que exatamente consistia em esta crítica.

De acordo com Searle, a teoria causal da referência, possui, de maneira *implícita*, elementos descritivistas contidos na sua explicação acerca do modo de como os nomes próprios desempenham sua função referencial. Como vimos anteriormente, a ideia básica da teoria causal é a de que um nome próprio refere um determinado objeto em virtude de existir uma cadeia causal, que se inicia no momento em que o nome foi batizado e se estende até o momento em que chega num determinado falante que profere o nome numa dada circunstância. Kripke reconheceu que existem duas formas principais de um nome poder ser introduzido na linguagem. O nome pode ser introduzido mediante um ato ostensivo, e neste caso é designado um nome

a um objeto na presença do próprio objeto – este caso representa a imensa maioria dos nomes próprios, segundo Kripke. E há os casos em que um nome é introduzido mediante DD. Neste caso, um objeto recebe um nome em virtude de satisfazer exclusivamente as DD associadas pelo falante. De acordo com Kripke, a introdução de um nome via DD se adequa claramente à concepção descritivistas enquanto que a introdução de um nome via ato ostensivo se enquadra com à teoria causal. John Searle não concordou com isto, e sustentou, que mesmo no relato de introdução de um nome via ato ostensivo o que fixa a referência do nome não é a mera causação física e perceptiva do objeto, mas sim os conteúdos intencionais presentes na mente do falante que o batiza. Isto levou Searle a sustentar a tese de que a teoria causal seria, na realidade, uma teoria variante do descritivismo, uma vez que toda relação causal é imbuída de conteúdos intencionais internos.

Afim de que se possa compreender adequadamente a resposta dada por Devitt à este argumento searleano, é necessário que mudemos o vocabulário que utilizamos até o momento para um vocabulário análogo. Podemos dizer, de modo bem vago, que o vocabulário que utilizamos até agora para falar acerca dos nomes próprios faz parte da filosofia da linguagem. Por outro lado, o vocabulário que passaremos a adotar, doravante, faz parte da filosofia da mente. A conversão, contudo, não apresenta muitas dificuldades.

Todo o debate acerca dos nomes próprios pode ser descrito tanto por um vocabulário da filosofia da linguagem quanto por um vocabulário da filosofia da mente. Dizíamos, por exemplo, que as principais teorias de referência eram o descritivismo e a teoria causal. Podemos nos referir, de igual modo, a estas duas famílias de teorias chamando as primeiras de teorias *Internalistas* e as segundas de teorias *Externalistas*. Não é difícil compreendermos o porquê desta nomenclatura. O descritivismo – internalismo semântico – sustenta a tese de que um nome refere em virtude da satisfação das DD associadas por um falante a um nome. As DD, em geral, representam elementos internos contidos na mente do falante, i.e. crenças, conhecimento, e etc. Por outro lado, a teoria causal – externalismo semântico – sustenta a tese de que um nome refere em virtude da existência de uma cadeia causal de comunicação. A cadeia causal é um elemento puramente externo à mente do falante, é um mecanismo puramente social. A disputa em torno dos nomes próprios consiste, portanto, segundo este novo vocabulário, em tentar descobrir se é através de condições internas ou externas de satisfação que os nomes desempenham sua função referencial.

Uma vez tendo apresentado esse novo vocabulário, estamos em condições de compreender a argumentação de Devitt. Em *Meanings Just Ain't in the Head* (1990), Devitt coloca a seguinte questão: que tipo de relação entre um falante e o mundo externo *poderia* determinar a referência? cf. (DEVITT, 1990, p. 83 nossa tradução) a sua resposta é, como se poderia imaginar: uma relação causal. Ele oferece dois exemplos para ilustrar esta sua afirmação.

Suponha que Yvonne estejam jogando voleibol e receba um passe de Raelene. Devit então pergunta: em virtude do que em particular foi a recepção do passe de Raelene? (DEVITT, 1990, ibdem). Suponha agora que Norm é filho de Bruce. Em virtude de quê? Devitt se

pergunta. A ideia central de Devitt por traz destes dois simples exemplos é sustentar a tese de que nenhum estado psicológico pode determinar a referência de um nome. Uma vez que a relação de referência por nomes é uma relação externa, mantida entre um proferimento do nome e um certo objeto, como poderia algo interno e intrínseco a uma pessoa determinar este tipo de relação? A analogia com os exemplos anterior aqui se torna clara. Assim como não é nada interno e intrínseco a Yvonne que determina a propriedade de ter recebido o passe de Raelene e, de igual modo, não é nada interno e intrínseco acerca de Norm que o faz ser filho de Bruce, não pode ser nada interno e intrínseco a mente do falante o elemento responsável por determinar a referência de um nome próprio. O que determina a propriedade de Yvonne ter recebido o passe de Raelene se deve inteiramente ao que Raelene fez com a bola. Do mesmo modo, o que determina a propriedade de Norm ser filho de Bruce depende inteiramente do que Bruce fez a muitos anos atrás. E em cada um dos casos a propriedade determinante é uma relação causal, a primeira é uma relação causal entre Yvonne e Raelene, a segunda entre Bruce e a Mãe de Norm. De forma análoga, o que determina a referência através de nomes próprios não deve ser uma propriedade interna ao falante, mas sim externa. como, por exemplo, uma relação causal. Disso se segue, que mesmo que Searle sustente a tese de que há um elemento descritivista contido no relato de introdução do nome mediante batismo inicial – a causação intencional – este elemento nunca será responsável por determinar a referência do nome, visto que o primeiro é uma característica interna enquanto que a referência é uma relação externa.

Por fim Devitt apresenta seu argumento de uma forma resumida tal modo que o argumento revela, por si próprio, a flagrante contradição contida na primeira observação de Searle. Devitt apresenta seu argumento da seguinte forma:

P1: Nada interno e intrínseco ao corpo pode determinar a relação de um objeto fora do corpo.  
(tese de Devitt)

P2: Conteúdos intencionais podem determinar a relação de um objeto fora do corpo. (Tese de Searle)

C: Logo, conteúdos intencionais não são internos e intrínsecos ao corpo. (contradição com a tese de Searle<sup>18</sup>).

Devitt finaliza seu texto resumindo sua principal crítica à teoria da Intencionalidade de Searle, esta passagem resume, de modo geral, tudo que apresentamos até o momento. Diz ele: “meu ponto principal é que a teoria da intencionalidade de Searle atribui poderes mágicos à mente, um poder intrínseco que é suficiente para relacionar a mente com coisas particulares e externas a ela. Se a mente tem esse poder seria único na natureza. Searle não fornece nenhuma razão para supor que a mente tenha esse poder”<sup>19</sup> (DEVITT, 1990, p. 101).

<sup>18</sup>Cf. DEVITT, 1990, p. 94.

<sup>19</sup>No original lê-se: “my main point is that Searle’s theory of Intentionality ascribes a magical power to the mind, an intrinsic power that is sufficient to relate the mind to particular things external to it. If the mind had this power it would be unique in nature. Searle supplies no reason to suppose that the mind does have this power”.

## 4.2 RESPOSTA À 2ª OBSERVAÇÃO DE SEARLE

Em virtude das duas observações de Searle terem como objetivo precípuo revelar características da teoria causal que possuem elementos descritivistas implícitos. Muito do que será necessário para responder esta objeção já foi comentando por nós na seção anterior. A conclusão de Devitt, no final das contas, será a mesma. Nos concentraremos, portanto, nas sutis diferenças entre os argumentos.

A principal diferença entre a primeira e a segunda observação de Searle reside no fato de que a primeira observação afirma que o elemento descritivistas contido na explicação do teórico causal é o relato de introdução do nome via batismo inicial enquanto que a segunda observação sustenta que o elemento descritivistas está presente naquilo que denominamos anteriormente de “cláusula de Kripke”, isto é, a intenção de usar um nome com a mesma referência que o homem de que o ouviu usar.

Como é sabido, *ter a intenção de* é notadamente um ato intencional e, portanto, interno e intrínseco de cada falante. Vimos a partir da argumentação de Devitt na seção anterior que nenhuma característica interna e intrínseca da mente de um falante pode ser responsável por determinar a referência de um nome, pois, a relação de referência é uma relação externa, mantida entre um falante e o objeto referido pelo nome, enquanto que, por outro lado, a relação entre a um falante e seus conteúdos intencionais é interna, os conteúdos intencionais estão presentes no interior da mente do falante. Disso se segue, segundo a argumentação de Devitt, que nenhuma característica interna da mente de um falante (como é o caso de sua intenção de referir o mesmo objeto a qual o homem de quem aprendeu o nome usou) poderia ser considerada a responsável por determinar a referência de um nome. Uma teoria que sustenta este tipo de tese é uma teoria que atribui poderes mágicos à mente. cf.(DEVITT, 1990, p. 101).

A conclusão que podemos derivar a partir do que foi discutido por nós na seção anterior é que não adiantará em nada para Searle, seu esforço em apresentar elementos descritivistas contidos no interior da teoria causal pois, por mais que eles possam existir, eles nunca poderão ser considerados o elemento responsável por determinar a referência de um nome como acreditava Searle.

## 4.3 RESPOSTA AOS CONTRAEXEMPLOS DAS ENTIDADES ABSTRATAS E OBJETOS FUTUROS

Como mencionamos no início deste capítulo a objeção dos nomes de entidades abstratas é um dos poucos argumentos searleanos a qual tanto Kripke quanto Devitt não dizem nada a respeito – ao menos não encontramos nenhuma referência a este problema tanto nos textos de Kripke quanto nos de Devitt – O único autor que conhecemos que teorizou a respeito disto foi David Boersema em *Pragmatism and Reference*. Boersema, assim como nós também não encontrou qualquer texto em que os principais teóricos causais tenham respondido diretamente a esta questão (cf. BOERSEMA, 2009, p.34). Todavia, embora Kripke e Devitt não tenha

dado uma resposta direta a este problema Boersema arisca algumas soluções para a questão. As soluções oferecidas por Boersema seguem o panorama da teoria causal. Por esse motivo, apresentaremos a seguir, o que Boersema diz a respeito de tais nomes. No entanto, antes de apresentarmos seus argumentos será necessário lembrarmos a problemática em torno desse tipo de nome.

O contraexemplo das entidades abstratas é apresentado por Searle como sendo um argumento segundo o qual demonstraria que a teoria causal de referência não oferece as condições suficientes para que o mecanismo referência dos nomes possa ser explicado de maneira plausível. De acordo com Searle, não é possível encontrar qualquer elemento da teoria causal que explique como os nomes das entidades em questão desempenham sua função referencial. De modo análogo o mesmo acontece com nomes de entidades futuras, isto é, nomes de objetos que ainda não existem, mas podem vir a existir. Mas contrário do caso anterior, Devitt tem algo a dizer acerca dos nomes de entidades futuras. Trataremos de tais tipos de nomes no final desta seção.

A conclusão de Searle é a de que a teoria causal parece apresentar elementos explicativos *insuficientes*, para explicar como os nomes de entidades abstratas desempenham sua função referencial, uma vez que este tipo de nomes não pode satisfazer a condição de deflagrar uma cadeia causal física ao quais os objetos em questão se encontram no elo inicial de tal cadeia.

Boersema considera que, para este caso específico, uma resposta pode ser oferecida tomando-se como base o panorama da teoria causal<sup>20</sup>. A solução proposta por Boersema para a superação deste problema pode ser encontrada no trabalho de Nathan Salmon, *Reference and Essence* (1981) Segundo Boersema, Salmon ao analisar as diversas distinções existente na literatura filosófica acerca do conceito de designadores rígidos encontrou uma que pode servir ao teórico causal. A definição mais comum e familiar para este conceito é aquela em que afirma que algo é um designador rígido se a mesma coisa é designada com respeito a todos os mundos possíveis em que a coisa exista cf. (KRIPKE, 1980, p. 48) Uma outra interpretação de designador rígido analisada por Salmon é a noção de designador *persistentemente rígido* [*persistently rigid designator*]. Um designador é *persistentemente rígido* se ele designa a mesma coisa em todos os mundos possíveis em que esta coisa exista e não designe nada naqueles mundos onde a coisa não existe. cf. (SALMON, 1981, p. 34) Por fim, a terceira e última classificação para os designadores é a de *designador obstinadamente rígido* [*obsstinately rigid designator*]. Um designador é *obstinadamente rígido* se ele designa a mesma coisa em todos os mundos possíveis. cf. (SALMON, 1981. *idem*). A noção de designador a qual pode se servir o teórico causal é a de designador obstinadamente rígido. De acordo com Salmon, tais tipos

<sup>20</sup>Na realidade, Boersema oferece pelo menos quatro soluções distintas. No entanto, julgamos que duas das soluções de Boersema são altamente implausíveis. Uma delas consistia em afirmar que os nomes de entidades abstratas não seriam, na realidade nomes, mas ao invés disso, seriam descrições definidas disfarçadas tal como sustentou Russell. No entanto nenhum teórico causal poderia sustentar tal posição, uma vez que esta alternativa é claramente descritivistas. A segunda alternativa rejeitada seria a de assumir uma posição nominalista em relação a tais nomes. Isto é, sustentar que uma vez que as entidades em questão não existem seus nomes deve ser tratado do mesmo modo como são tratados os nomes de entidades fictícias. Rejeitamos esta alternativa pois, ao contrário dos nomes das entidades abstratas Devitt dedica atenção aos nomes das entidades fictícias.

de designadores são indiferentes à questão de saber se o designata existe em um dado mundo possível ou não; ele designa a mesma coisa em qualquer mundo possível, quer a coisa exista ou não. (cf. SALMON, 1981, *idem*).

O ponto da argumentação de Boersema é que, dada estas distinções, o teórico causal poderia sustentar, por exemplo, que os nomes de entidades abstratas são designadores obstinadamente rígidos. Uma vez feito isto, eliminar-se-ia o problema para a teoria causal. A referência neste caso poderia ser feita quer ou não o nome refira algo que exista no mundo. Passemos agora ao caso dos nomes de entidades futuras.

O contraexemplo das entidades futuras é apresentado por Searle como sendo um caso análogo ao problema das entidades abstratas. O ponto de Searle ao apresentar esse tipo de contraexemplos era mostrar que tais nomes, pelo menos aparentemente, referem algo em particular. Contudo, o objeto referido jamais poderia ser o causador da cadeia causal de seu nome uma vez que a existência de tais objetos se encontra no futuro. Misteriosamente, ao contrário do caso anterior, Devitt tem um pouco a dizer a respeito disto.

Devitt trata deste tipo de nome em específico no segundo capítulo de sua principal obra filosófica, *Designation* (1981). A tese central de Devitt a respeito dos nomes de entidades abstratas pode ser resumida da seguinte forma: “causas devem preceder efeitos, portanto, a cerimônia de nomeação envolvendo um objeto deve preceder uma cadeia causal que o da origem”<sup>21</sup> (DEVITT, 1981, p. 59) A fim de ilustrar esta tese Devitt fornece o seguinte exemplo:

“Considere, por exemplo, a situação onde exista um plano ou diagrama para um navio ou edifício. Poderíamos introduzir um nome para este objeto futuro, e parece que este nome funcionaria tal como um nome comum. Isso requer uma pequena modificação em nossa teoria: a cadeia para um nome pode estar inicialmente *fundada* [*grounded*] não no próprio objeto, mas em algum plano para produzir o objeto de acordo com certas especificações. Posteriormente, é claro, a cadeia se tornaria fundada no objeto então produzido<sup>22</sup>”. (DEVITT, 1981, p. 59. grifo nosso.)

O essencial a ser extraído contra Searle a partir do exemplo supramencionado é que mesmo para os casos de nomes de objetos futuros o que determina a referência de tais nomes é, de fato, uma cadeia causal comunicativa. É verdade que para estes casos não é o próprio objeto que deflagra e origina a cadeia causal, mas sim a sua “representação gráfica-- o projeto ou diagrama mencionado no exemplo de Devitt. Contudo, é, por assim dizer, temporário, o fato de que não é o próprio objeto que se encontra no elo inicial da cadeia causal de seu nome. Uma vez tendo sido produzido o objeto futuro – o edifício ou o navio do exemplo de Devitt – a cadeia

<sup>21</sup>No original lê-se: *causes must precede effects, so the naming ceremony involving the object must precede the causal network that gives rise to.*

<sup>22</sup>No original lê-se: *“consider, for example, the situation where there a plan or blueprint for a ship or building. We could introduce a name for that future object and it would seem to function like an ordinary designational name. This requires a small modification in our theory: the network for a name may be grounded initially not in the object itself but in some plan to produce the object according to certain specifications. Later, of course, the network becomes grounded in the object so produced”.*

causal passa a ser *fundada* [*grounded*] no próprio objeto e não mais na sua “representação”. Todavia, tanto antes quanto depois do objeto futuro ter sido produzido o elemento que determinava e garantia a referência bem-sucedida do nome era uma cadeia causal comunicativa, a única diferença era onde ela estava fundada.

Devitt finaliza a sua argumentação afirmando que, aqueles que enxergam algum problema em nomeações de objetos futuros estão acometidos por uma pequena estranheza que estes nomes carregam. Esta estranheza, deriva, Segundo Devitt, do fato de que quando utilizamos nomes de entidades futuras nós não temos nenhum objeto particular em mente ao qual associamos o nome. E isto é à primeira vista estranho, uma vez que a maior parte dos nomes próprios que usamos estão sempre associados a pessoas ou locais específicos cf. (DEVITT, 1981, p. 59-60). No entanto, nem sempre esse é o caso. Esta simples estranheza, entretanto, não parece ser uma boa razão para enxergarmos dificuldades no processo de referência de nomes de objetos futuros.

Por fim Devitt finaliza que os nomes de objetos futuros não apresentam qualquer problema para a sua teoria causal, é possível explicar o processo de referência de tais nomes fazendo uma pequena modificação na teoria: a cadeia causal inicialmente é fundada na representação, projeto, diagrama, etc. do objeto e depois passa a ser fundada no próprio objeto.

#### 4.4 RESPOSTA AO CONTRAEXEMPLO MADAGASCAR

Dentre todas as objeções apresentadas por John Searle contra à teoria causal, o contra-exemplo Madagascar é, sem sombras de dúvidas, o mais discutido e influente. O contra-exemplo é tão influente que até mesmo o próprio John Searle se valeu dele em seu propósito de refutar a teoria causal. A elaboração do contra-exemplo se deve a Gareth Evans que o apresentou em 1973 em seu artigo *The Causal Theory of Names*.

O propósito fundamental do contra-exemplo é alertar para o fato de que um nome pode ter a sua referência alterada ao longo do tempo. O exemplo relata que o nome “Madagascar” era originalmente o nome através do qual os nativos africanos utilizavam para se referir a uma parte litorânea da África. Marco Pólo, não entendendo corretamente o uso dos nativos, atribuiu o nome a uma ilha, ao qual hoje todos nós nos referimos por “Madagascar”. De acordo com Searle e Evans, este simples exemplo pode ser utilizado para demonstrar a falsidade da teoria causal da seguinte forma: se a referência do nome fosse realmente fixada apenas por um batismo inicial, então esta alteração do objeto referido não poderia ter ocorrido. Afinal, Marco Pólo tinha a intenção de se referir a mesma coisa que a pessoa da qual ele ouviu o nome se referiu e não de introduzir uma nova referência para o mesmo nome. A conclusão final extraída por Searle contra a teoria causal a partir deste exemplo é a de que todos os critérios especificados pelo teórico causal são satisfeitos, mas a referência falha em selecionar o objeto correto. cf. (SEARLE, 1983, p. 330). Em suma, o exemplo revela, contra a teoria causal, que a cadeia causal comunicativa não é suficiente para determinar o referente correto de um nome.

Tanto Kripke quando Devitt reconheceram a força deste argumento de Evans e ambos reconheceram também que é necessário desenvolver à teoria causal aparatos mais completos e

detalhados a fim de que se possa evitar este problema. Kripke oferece um esboço de solução na adenda de *N&N*, Devitt apresenta seus desenvolvimentos em diversos livros e artigos, mas o extrato central pode ser encontrado em *Designations* (seção 5.4). Concentraremos nossa atenção doravante em apresentar como Kripke e Devitt argumentam contra o contraexemplo Madagascar. Iniciamos nossa exposição com Kripke.

Uma vez que a teoria causal de Kripke é apenas uma “imagem”, bastante incompleta e que não oferece as condições necessárias nem suficientes para explicar a referência através de nomes, ele não possui aparatos suficientes para superar, de maneira decisiva, o problema em questão. Todavia, ele apresenta o que pode ser entendido como uma possível rota para solucionar o problema. Diz ele:

“Talvez se possa explicar o fenômeno em termos gerais pelo caráter predominantemente social do uso dos nomes próprios que enfatizei no texto: usamos nomes para comunicar com outros falantes numa linguagem comum. Este caráter determina que geralmente um falante tem a intenção de usar o nome da maneira como ele lhe foi transmitido; mas no caso de “Madagascar”, este caráter social determina que a intenção atual de nos referir uma ilha se sobrepõe a ligação distante do uso dos nativos”. (KRIPKE, 1980, p. 163).

Em suma, o que Kripke está afirmando na passagem acima é que a intenção, no caso, a intenção de Marco Pólo de se referir a uma ilha, se sobrepôs a intenção dos antigos usuários do nome de se referir a uma parte litorânea da África. Isto é, a partir do uso equivocado de Marco Pólo se estabeleceu uma nova prática social de usar o nome, esta prática por sua vez sobrepujou a antiga prática de utilização do nome dos nativos, fazendo assim com que o nome ganhasse um novo sentido e conseqüentemente uma nova referência. Todavia, Kripke confessa que esta questão exige esclarecimento posterior.

Michael Devitt desenvolve uma explicação que em grande medida segue o esboço kripkeano apresentado anteriormente. No entanto, ele afirma que para superar o problema em torno do nome “Madagascar” de maneira decisiva é necessário nos apoiarmos numa teoria causal mais sofisticada do que aquela oferecida por Kripke. Mais precisamente, a uma que recorra a noção de *fundamentação múltipla* [*multiple groundings*]. Antes de compreendermos a solução proposta por Devitt é necessário, portanto, compreendermos o que ele entende por tal conceito.

De acordo com Devitt a ideia básica da teoria causal, tal como foi apresentada por Kripke, é a de que a referência de um nome é fixada num ato de batismo. Todos os usos subsequentes do nome batizado são, por assim dizer, usos parasitários deste uso inicial; todas as cadeias causais que, por ventura viessem a surgir, remeteriam ao momento do batismo do nome. cf. (DEVITT & STERELNY, 1999, p. 75) Segundo Devitt, o problema com esta imagem é que ela negligencia o fato de que muitos usos de um nome são relevantemente similares com aquele uso que é feito no momento em que o nome é batizado. Tais usos são similares na medida em que eles envolvem a aplicação de um nome a um objeto mediante uma confrontação perceptiva

direta com o próprio objeto. O ponto de Devitt aqui é sustentar sempre que usamos um nome próprio para se referir a um objeto que está no nosso campo visual, este uso se assemelha, em grande medida, a um “novo batismo do nome”. Para ilustrar esta passagem Devitt apresenta o seguinte exemplo. Suponha que alguém diga, apontando para uma pequena gatinha “esta é Nana”, pouco tempo depois, alguém ao observar o comportamento de Nana diz “Nana está agitada hoje”. Devitt afirma que o uso deste nome nesta ocasião está fundado [*ground*] no portador, isto é, na própria gatinha tal como o primeiro uso do nome também estava fundado no portador. Ao longo da vida deste animal diversas situações similares irão ocorrer. A consequência extraída por Devitt a partir deste simples exemplo é que os nomes possuem, em geral, uma fundamentação múltipla. O que ele quer dizer com isso é que o sentido de um nome não tem a ver propriamente com a referência, mas é antes uma habilidade de designar um objeto. Esta habilidade não costuma ser aprendida por um único batismo, mas por muitos, em um processo que ele denominou de fundamentação múltipla. A ideia de fundamentação múltipla é, de acordo com Devitt, um mecanismo essencial que permite a teoria causal explicar, entre outras coisas a mudança de referência de um nome. cf. (DEVITT, 1981, p. 57). Analisemos como ele faz isso.

Se retomarmos o caso acerca de Madagascar perceberemos que existem ao menos três momentos na história do nome que precisam ser radicalmente distinguidos. (1) Há inicialmente os usos iniciais do nome “Madagascar” pelos nativos, onde este é usado para referir-se a parte litorânea do continente africano. Durante este período, as cadeias causais estavam todas fundadas no continente. (2) Num segundo momento, houve o período de confusão do nome que surgiu a partir do uso equivocado de Marco Polo. Durante este período o nome “Madagascar” tornou-se ambíguo, podendo ser usado para referir tanto o continente quanto a ilha, conseqüentemente, as cadeias causais remontavam, algumas à ilha, algumas ao continente. (3) Por fim, influenciados pelo uso equivocado de Marco Polo, estabelece-se uma nova referência ao nome. Neste momento, todas as cadeias causais passaram a estar fundada na ilha.

A partir da distinção destes três momentos fica fácil notarmos que ao longo da história do nome “Madagascar” houveram, o que Devitt chama de *mudanças nos padrões de fundação* [*change in the pattern of groundings*]. Isto é, inicialmente todas as cadeias causais estavam fundadas na parte litorânea da África, em seguida, os padrões das cadeias causais se alteraram, algumas estavam fundadas na ilha e outras estavam fundadas na costa Africana. Por fim, os padrões das cadeias causais foram completamente alterados, estando todos agora fundados apenas na ilha. As mudanças desses padrões de fundação devem-se, segundo Devitt, exclusivamente as diversas fundamentações múltiplas que ocorreram ao longo da história deste nome. Inicialmente o nome Madagascar havia sido fixado através de múltiplos batismos a parte litorânea do continente africano, até que foi inadvertidamente rebatizado por Marco Pólo. Se nos usos subsequentes as pessoas passaram a seguir Marco Pólo, referindo-se à ilha, é porque a fundamentação múltipla entrou novamente em ação formando um novo hábito de referir, e dando conseqüentemente uma nova referência para o nome.

Podemos resumir a solução de Devitt para o problema da mudança de referência da

seguinte forma: A referência do nome “Madagascar” ocorreu em virtude dos múltiplos batismos do nome, após o equívoco de Marco Pólo, terem se sobrepujado aos múltiplos batismos anteriores do mesmo nome dados pelos nativos. Uma vez que todos nós fazemos partes de uma cadeia causal surgida após o uso de Marco Pólo podemos seguramente concluir que não há qualquer cadeia causal que nos conecte à antiga referência deste nome. Disso se segue que todo e qualquer uso contemporâneo do nome “Madagascar” terá como referente a ilha, pois é a ilha que efetivamente se encontra no elo inicial da cadeia causal. A cadeia causal, portanto, reporta-nos ao referente correto do nome. A partir de tudo isto que foi exposto Devitt conclui que casos como o de Madagascar não oferecem mais qualquer problema para a teoria causal, na realidade, eles servem para corroborar a teoria cf. (DEVITT, 2014, p. 122).

#### 4.5 RESPOSTA AO ARGUMENTO DA RUA M

A objeção searleana a qual denominamos de “argumento da rua M” (seção 2.3.1) consistia na apresentação de dois contraexemplos à teoria causal. Grosso modo, o propósito fundamental destes contraexemplos era revelar a possibilidade de referirmos objetos específicos sem que qualquer cadeia causal comunicativa faça a intermediação entre o proferimento do nome e o objeto referido. Os exemplos dados por Searle foram o do faraó Ramsés VIII e a rua M. De acordo com o primeiro exemplo Ramsés VIII é um dentro vários faraós do Antigo Egito ao qual nós não temos quase nenhuma informação. Tudo que sabemos acerca dele é que ele foi o faraó que governou o Egito sucedendo Ramsés VII e antecedendo Ramsés IX. De acordo com o segundo, a rua M em Washington pode ser uma, dentre as várias ruas de Washington, ao qual um falante pode nunca ter sequer passado por ela. Tudo que ele sabe acerca da rua é que ela fica localizada num bairro onde os nomes das ruas são dados seguindo a ordem alfabética. Para ambos os casos, Searle sustenta que um falante pode, de maneira bem-sucedida, empregar os nomes “Ramsés VIII” e “rua M” para se referir de fato a um antigo faraó e a uma rua, mesmo que este falante não seja capaz de fornecer uma característica unívoca do Faraó nem da rua. Para fazer isso é necessário apenas que o falante possua um pequeno conhecimento acerca da regra que regula os nomes. No caso do faraó, a regra é que os faraós de mesmo nome são numerados sequencialmente. No caso da rua, a regra é que os nomes da rua são dados seguindo a ordem alfabética. Uma vez conhecendo esta regra, um falante pode, em virtude apenas do conhecimento da regra, referir os objetos em questão. Este é um caso, segundo Searle, que exemplifica um caso de referência através de nomes sem que exista qualquer cadeia causal comunicativa.

Michael Devitt, em uma pequena passagem de seu livro *Designation* teoriza a respeito destes casos. No entanto, ao contrário de todos os outros comentários que Devitt fez acerca de das críticas de Searle, acreditamos que neste especificamente não pode ser encontrado nada que possa ser considerado efetivamente uma resposta ao problema em questão. Isto significa que acreditamos que mesmo a teoria causal de Devitt não oferece qualquer resposta para o problema. Vamos analisar o que Devitt tem a dizer sobre esse tema.

Devitt afirma que casos como o de Ramsés VII e da rua M exemplificam o que ele denomina de *procedimento automático para concessão de nome* [*automatic procedure for name bestowal*] (DEVITT, 1981, p. 58). Esses casos não são os únicos que fazem parte deste tipo de nomeação, nomes de reis, papas, e nomes em algumas comunidades indígenas também exemplificam esse modo de nomeação. Um procedimento automático para concessão de nome é interpretado por Devitt como sendo um modo pelo qual um nome pode passar a ser introduzido na linguagem, um modo, portanto, que complementa aqueles dois modos anteriormente reconhecidos por Kripke, a saber, nomes que são introduzidos via ostensão e nomes que são introduzidos via DDs.

Devitt reconhece que cada um dos três modos possíveis de se introduzir um nome na linguagem relacionam de algum modo o proferimento do nome com o referente. O caso via ato ostensivo relaciona o nome com o próprio objeto; o caso de introdução via DDs relaciona o nome com uma descrição definida e o caso de introdução do nome mediante procedimento automático conecta o nome indiretamente com uma representação do objeto. Desse modo, o nome “Ramsés VII” está conectado indiretamente com uma representação do antigo faraó Ramsés VII e o nome “rua M” está conectado indiretamente com uma representação da rua M. Devitt oferece dois exemplos que ilustram com um nome pode estar indiretamente conectado a uma representação de um objeto. O primeiro é quando assistimos um filme, o segundo é quando pintamos um objeto. Ambos os casos, diz Devitt, “podem servir para conectar (ground) um nome a um objeto como se estivéssemos percebendo o próprio objeto” (DEVITT, 1981, p. 58). O ponto problemático dessa argumentação de Devitt, é que consideramos que tanto o faraó Ramsés VII quanto a rua M não podem contar como exemplos onde o objeto está indiretamente conectado com uma representação do objeto. Eles não podem contar pois o falante que usa tal nome não possui nenhuma dos tipos de representação descritos acima do objeto. Isto é, o falante não possui nenhuma imagem representativa visual tanto do faraó quanto da rua.

Concluimos, portanto, que Devitt falha em dar uma resposta plausível para estes tipos de nomes.

#### 4.6 RESPOSTA AO EXPERIMENTO MENTAL DA TRIBO PRIMITIVA

Chegamos, finalmente, na resposta à última objeção de Searle. Vimos que Searle apresentou sua última objeção à teoria causal sob a forma de um experimento mental, que nós denominamos de “experimento mental da tribo primitiva”. O experimento consistia na elaboração de uma situação fictícia onde uma tribo primitiva de caçadores e colhedores utilizava-se de uma linguagem que possuía nomes próprios tal como a nossa, no entanto, nenhuma das utilizações dos nomes pela tribo satisfazia as condições requeridas pelos teóricos causais. Isto é, nenhuns usos de nomes pela tribo desencadeavam cadeias causais comunicativas. Isto levou Searle a concluir que a teoria causal da referência não apresentava as condições necessárias para explicar de maneira plausível o processo de referência dos nomes.

John Searle acredita que esse exemplo seja, talvez, a sua principal crítica contra a teoria

causal cf. (SEARLE, 1983, p. 333) Devitt, por outro lado acredita que este argumento é mais simples de se resolver, uma vez que ele deriva inteiramente de uma má interpretação da teoria causal. Talvez seja por isso motivo que tudo que Devitt tem a dizer acerca deste argumento searleano se encontra exposto numa pequena nota de rodapé de *Meanings Just Ain't in the Head*. Vejamos a argumentação de Devitt.

Devitt afirma que o experimento mental da tribo primitiva traz como consequência contra à teoria causal o fato de que “não é essencial que as pessoas tomem emprestado a referência de um nome em situações comunicacionais; cada pessoa pode gerenciar gerir sua própria referência”(DEVITT, 1990, p.101. nota 9) esta consequência se deve ao fato de na situação fictícia descrita por Searle não havia transmissão dos nomes na comunidade de falante, pois todos falantes eram “oniscientes”acerca da existência de todos os outros membros da tribo. O contra-argumento de Devitt contra esta conclusão é bastante simples e direto: “Nenhum teórico causal jamais negou isto”. Ele em seguida completa: “a referência de qualquer nome pode ser emprestada, mesmo que os de alguns não sejam de fato emprestados”. (DEVITT, 1990, p. 101. nota 9). O que podemos extrair acerca deste simples e direto argumento é que não importa se os nomes são ou não transmitidos para novos falantes – “serem emprestados”no vocabulário de Devitt – no exemplo de Searle, o que importa é que os nomes possuem a predisposição de poderem ser passados a diante. Se os nomes forem passados a diante é a cadeia causal que manterá a referência constante ao mesmo objeto. Em suma, o que Devitt está argumentando é que a teoria causal não exige que os nomes deflagrem cadeias causais, mas se deflagrem serão elas as responsáveis por assegurar a referência.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso objetivo precípua ao nos debruçarmos sobre as objeções de John Searle à teoria causal dos nomes próprios, era sermos capazes de avaliar e analisar criticamente o peso de tais objeções, à fim de que pudéssemos ser decidir de maneira imparcial, se elas são, de fato, efetivas em seu propósito de refutação da teoria causal. Quanto a este objetivo podemos extrair duas conclusões. Se levarmos em consideração que as objeções searleana foram endereçadas exclusivamente às versões de teoria causal de Kripke e Donnellan concluiríamos que tais objeções, de fato, apresentam graves problemas a estas teorias. No entanto, as objeções de Searle só se mostram plausíveis não por mérito próprio, mas sim em virtude de as teorias em questão serem assumidamente incompletas. Searle julga que suas objeções demonstram que a teoria causal de Kripke e Donnellan não apresentam as condições *necessárias* nem *suficientes* para que o mecanismo de referência dos nomes próprios possa ser explicado de maneira satisfatória. Mas o ponto é que nem Kripke nem Donnellan tiveram como propósito apresentar as condições necessárias e suficientes. Concluimos, portanto, que criticá-los por tais motivos parece ser bastante embaraçoso.

Por outro lado, se consideramos as objeções de Searle sob a ótica de uma teoria causal mais completa e robusta como é a teoria proposta por Michael Devitt, nos parece que as objeções searleana perdem consideravelmente sua força persuasiva. Consideramos que a maior parte das objeções searleanas, mais precisamente, as duas observações (3.1.1 e 3.1.2), o caso Madagascar (3.2.2) e o experimento mental da tribo primitiva (3.3.2.) são completamente refutadas pelas respostas de Devitt. Por outro lado, o contraexemplo das entidades abstratas (3.2.1) e o argumento da rua M (3.3.1) parecem apresentar, ainda, complicações à teoria.

## REFERÊNCIAS

- BOERSEMA, David. **Pragmatism and Reference**. MIT Press, 2008.
- BRANQUINHO, João. et al. **Enciclopédia de Termos Lógico-Filosóficos**. Martins Fontes, 2006.
- BRITO, Adriano Naves. **Nomes Próprios: Semântica e Ontologia**. Editora UnB, 2003.
- COSTA, Cláudio. **Lines of Thought: Rethinking Philosophical Assumptions**. Cambridge Scholars Publishing, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Filosofia da Linguagem**, vol. 5. Zahar, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Teorias Descritivistas dos Nomes Próprios**. *Revista Dissertatio de Filosofia* 30 (2009), 185–195.
- DEVITT, Michael & STERELNY, Kim. **Language and Reality: An Introduction to the Philosophy of Language**. MIT Press, 1999.
- DEVITT, Michael. **Singular Terms**. *The Journal of Philosophy* 71, 7 (1974), 183-205.
- \_\_\_\_\_. **Designation**. New York: Columbia University Press, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Against Direct Reference**. *Midwest Studies in Philosophy* 14, 1 (1989), 206–240.
- \_\_\_\_\_. **Meanings just Ain't in the Head**. *Meaning and Method: Essays in Honor of Hilary Putnam* (1990), 79–104.
- \_\_\_\_\_. **A shocking Idea About Meaning**. *Revue Internationale de Philosophie*, 4 (2001), 471–494.
- \_\_\_\_\_. **Still Against Direct Reference**. *Prospects for Meaning* (2012), 61–84.
- \_\_\_\_\_. **Should Proper Names Still Seem so Problematic**. *On Reference* (2015), 108–143.
- \_\_\_\_\_. **The Semantics of Proper Names: A Causal Theory**. PhD thesis, Harvard University, 1972.
- DONNELLAN, Keith. **Speaking of Nothing**. *The Philosophical Review* 83, 1 (1974), 3–31.
- EVANS, Gareth. **The Causal Theory of Names**. *Proceedings of the Aristotelian Society, Supplementary Volumes* 47 (1973), 187–225.
- FREGÉ, Gottlob. **Sobre o Sentido e a Referência (1892)**. em *Lógica e Filosofia da Linguagem*. 2<sup>a</sup> ed. amp. e rev. -São Paulo: Edusp. Seleção, introdução, tradução e notas de Paulo Alconforado. p.129-158, 2009.
- GRAÇA, Maria Adriana. **Referência e Denotação: Um Ensaio Acerca do Sentido e Referência de Nomes e Descrições**. PhD thesis, Lisboa/Oxford University, 2003. Fundação Caloust Gulbenkian.

KAPLAN, David. **Dthat**. In: COLE, Peter. (ed.) *Syntax and Semantics*. Vol. 9. Academic Press. pp. 221–243, 1978.

KRIPKE, Saul. **Speaker's Reference and Semantic Reference**. *Midwest Studies in Philosophy* 2, 1 (1977), 255–276.

\_\_\_\_\_. **Naming and Necessity**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1980.

\_\_\_\_\_. **Philosophical Troubles: Collected Papers**, vol. 1. Oxford University Press, USA, 2011.

\_\_\_\_\_. **Vacuous Names and Fictional Entities**. In: KRIPKE, Saul. *Philosophical Troubles: Collected Papers*. Oxford University Press. pp. 52–74, 2011.

LINSKY, Bernard. **Kripke on Proper and General Names**. *Saul Kripke* (2011), 17–48.

LYCAN, William. **Philosophy of Language: A Contemporary Introduction**. Routledge, 2018.

PUTNAM, Hilary. **“The Meaning of ‘Meaning’”**. In: PUTNAM, H. *Mind, Language and Reality: Philosophical Papers*. Vol 2. Oxford University Press. pp. 215–271, 1975.

RUSSELL, Bertrand. **On Denoting**. *Mind* 14, 56 (1905), 479–493.

\_\_\_\_\_. **Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description**. In *Proceedings of the Aristotelian Society* (1910), vol. 11, JSTOR, pp. 108–128.

\_\_\_\_\_. **A Filosofia do Atomismo Lógico**. In: Coleção Os Pensadores *Ensaio Escolhidos*. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Abril Cultural., 1985.

\_\_\_\_\_. **Os Problemas da Filosofia (1912)**. Edições 70. Tradução de Desidério Murcho, 2008.

SALMON, Nathan. **Reference and Essence**. Princeton University Press, 1981.

\_\_\_\_\_. **Frege's Puzzle**. MIT Press Cambridge, MA, 1986.

SEARLE, John. **Proper Names**. *Mind* 67, 266 (1958), 166–173.

\_\_\_\_\_. **Contemporary Philosophy in the United States**. *The Blackwell Companion to Philosophy* (1996), 1.

\_\_\_\_\_. **Intencionalidade (1983)**. 2<sup>a</sup> ed. -São Paulo: Martins Fontes. Tradução de Julio Fisher e Tomás Rosa Bueno, 2002.

SOAMES, Scott. **“Beyond Rigidity: the Unfinished Semantic Agenda of Naming and Necessity”**. Oxford University Press, 2002.

\_\_\_\_\_. **Philosophical Analysis in the Twentieth Century. Volume I, The Dawn of Analysis**. Princeton University Press, 2005.

\_\_\_\_\_. **“Reference and Description: The Case Against Two-Dimensionalism”**. Princeton University Press, 2005.

\_\_\_\_\_. **Philosophical Analysis in the Twentieth century, volume 2: The Age of Meaning.** Princeton University Press, 2009.

\_\_\_\_\_. **Philosophy of Language**, vol. 2. Princeton University Press, 2010.

TAYLOR, Kenneth. **Truth and Meaning: An Introduction to the Philosophy of Language.** Blackwell Oxford, 1998.

UNGER, Peter. **The Causal Theory of Reference.** *Philosophical Studies* 43, 1 (1983), 1–45.